



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

CPI - FUNDOS DE PENSÃO			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 1961/15	DATA: 06/10/2015	
LOCAL: Plenário 13 das Comissões	INÍCIO: 15h06min	TÉRMINO: 18h05min	PÁGINAS: 80

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ - Ex-Presidente da Empresa Sete Brasil Participações S.A.

SUMÁRIO

Tomada de depoimento.

OBSERVAÇÕES

Há palavra ou expressão ininteligível.  
Houve intervenções ininteligíveis.  
Houve intervenção fora do microfone. Inaudível.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Declaro aberta a 15ª Reunião Ordinária da CPI - Fundos de Pensão.

Encontram-se sobre as bancadas cópias da Ata da 13ª Reunião.

Pergunto aos Srs. Parlamentares se há necessidade da leitura da referida ata.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Sr. Presidente, peço a dispensa da leitura da ata.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Dispensada a leitura da ata, a pedido do Deputado Marcus Pestana.

Em discussão a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Esta reunião de audiência pública foi convocada para a tomada de depoimento do Sr. João Carlos de Medeiros Ferraz, ex-Presidente da Empresa Sete Brasil Participações S.A.

Convido o Sr. João Carlos de Medeiros Ferraz a tomar assento à mesa, acompanhado de seu advogado. *(Pausa.)*

O tempo concedido ao depoente será de 20 minutos, não podendo ser aparteado.

Os Deputados interessados em interpelá-lo deverão inscrever-se previamente junto à secretaria.

O Relator disporá de 30 minutos para suas interpelações.

Os Sub-Relatores disporão de 10 minutos para suas interpelações.

Cada Deputado inscrito terá o prazo de 3 minutos para fazer suas interpelações.

Tendo em vista a apresentação de *habeas corpus*, fica o depoente dispensado de assinar o Termo de Compromisso.

Com a palavra o Sr. João Carlos de Medeiros Ferraz, por até 20 minutos.

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Boa tarde, Srs. Deputados. Eu gostaria de iniciar aqui confirmando a minha intenção de colaborar para a CPI dos Fundos de Pensão naquilo que estiver ao meu alcance relacionado à



captação de recursos para a Sete Brasil, na época em que eu era presidente e na fase anterior. Eu vou fazer um pequeno histórico para tentar explicar e situar essa questão em relação à captação de recursos dos fundos de pensão para a empresa Sete Brasil. Inicialmente, um breve histórico a meu respeito: eu entrei na PETROBRAS em 1979. Sou formado em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Em 1979, eu entrei na PETROBRAS e permaneci nos quadros da PETROBRAS até 2011, quando eu assumi a função de Presidente da Sete Brasil Participações S.A. A minha carreira na PETROBRAS foi eminentemente técnica durante todo esse período, quase 32 anos. Inicialmente eu trabalhei como engenheiro em plataformas de produção de petróleo e em plataformas de perfuração de poços de petróleo por cerca de 13 anos. Depois desse período, eu migrei para a área financeira da PETROBRAS, onde permaneci nos últimos 11 anos da minha carreira na empresa. Nessa oportunidade, nesses 11 anos, a minha carreira na área financeira da PETROBRAS foi eminentemente na estruturação de projetos financeiros e de projetos societários. Em 2009, eu recebi um convite para, junto com minha equipe, tentar idealizar um projeto que viesse a viabilizar a construção de sondas no Brasil. Sondas de perfuração são diferentes de plataformas de produção. Plataformas de produção são unidades de produção que vão produzir petróleo em um dado campo. Essas plataformas de produção são absolutamente customizadas, são dedicadas a um determinado campo. Uma plataforma de produção, durante toda a vida útil de um campo, fica operando naquela locação. Durante 30, 40, 50 anos, ela fica operando naquele campo e não pode ser movida para outra locação; até pode, mas com bastante ineficiência. Diferente da plataforma de produção, uma unidade de perfuração é absolutamente padronizada. Ela é construída e projetada para ser utilizada em qualquer locação. Uma plataforma de perfuração perfura poços na costa do Brasil, na costa da África, no Golfo do México, no Mar do Norte, opera em qualquer locação. Desde que capacitada para isso, ela tem a possibilidade de operar em qualquer locação. Por conta da flexibilidade dessas unidades de perfuração, a indústria do petróleo adotou como prática a utilização de plataformas de perfuração através de prestadores de serviços especializados. Diferente, como eu falei, de uma unidade de produção, que fica numa mesma locação durante toda a vida do campo, elas são de propriedade das empresas operadoras de petróleo —



PETROBRAS, Shell, Exxon, BP. Essas empresas detêm a propriedade das suas unidades de produção. As unidades de perfuração, não; elas pertencem a prestadores de serviços especializados que operam para qualquer empresa de petróleo. Então, são prestadores de serviço. Com a descoberta do pré-sal, em 2006, a PETROBRAS dimensionou a necessidade de plataformas de perfuração, de unidades de perfuração, que fossem capazes de operar na área do pré-sal. Estamos falando aqui de uma nova fronteira da indústria. Não existiam, em 2008 e 2009, unidades de perfuração em quantidade suficiente disponíveis no mundo para operar para a PETROBRAS. Então, independente de onde fosse, essas plataformas de perfuração teriam que ser construídas do zero. Se fossem instaladas no Brasil, na China, na Coreia, no Japão, elas teriam que ser construídas. Isso em 2008. Então, retomando, nessa época, em 2008, houve uma crise financeira internacional que assolou toda a indústria. Houve uma orientação, uma determinação para que essas 40 novas unidades de perfuração, que teriam que ser construídas onde fosse... Na verdade, elas deveriam ser construídas no Brasil, para geração de emprego aqui no País. Então, em 2009, eu recebi a incumbência de tentar viabilizar um projeto que conseguisse construir essas sondas no Brasil, em estaleiros brasileiros, mas que não custasse mais para a PETROBRAS. A PETROBRAS iria contratar essas unidades, mas o custo da prestação de serviço que a PETROBRAS iria pagar pelo uso dessas unidades deveria ser o mesmo ou dentro da média do preço internacional de unidades semelhantes construídas no exterior. Em 2009, quando assumi essa função, eu e minha equipe idealizamos uma solução que passava pela associação entre os prestadores de serviços tradicionais e um grande provedor de capital, que veio a ser a Sete Brasil. E por que isso? Estamos falando de unidades que custam, em termos de investimentos e de custo de construção, entre 600 e 800 milhões de dólares cada uma; não estou falando só no Brasil, mas em qualquer lugar do mundo. Então, o custo de construção de cada unidade variava de 600 a 800 milhões de dólares, dependendo da especificação de cada unidade. Isso, multiplicado por 40, gerava um volume de dinheiro a ser investido de que esses prestadores de serviço não dispunham. Eles eram ótimos prestadores de serviço, tinham capacidade técnica de prestação de serviço muito boa, mas não tinham capital suficiente para assumir essa empreitada. Por outro lado, a PETROBRAS



também não queria, ela mesma, construir essas unidades com recursos próprios. Nem isso era objeto da PETROBRAS, visto que a indústria não fazia isso. Plataformas de perfuração, como eu falei, por padrão da indústria, são unidades que pertencem a prestadores de serviço. Então, existia um impasse na época. A PETROBRAS tinha um ótimo campo para desenvolver, que era o pré-sal, mas, para desenvolvê-lo, ela precisava de unidades de perfuração construídas no Brasil. Para construir essas unidades no Brasil, estaleiros internacionais, que detinham tecnologia para construção dessas sondas, tinham que trazer para o Brasil essa tecnologia, trazer o seu *know-how* e estabelecer filiais no Brasil. A PETROBRAS precisava convencer os prestadores de serviço tradicionais. Existem de 25 a 30 prestadores de serviços de boa qualidade no mundo que operam em águas ultraprofundas. A PETROBRAS precisava convencer esses prestadores de serviço a também assumir a responsabilidade, o risco, de construir sondas pela primeira vez no Brasil. Diante do impasse que se estabeleceu, a solução encontrada foi a de unir quem sabia operar muito bem, que eram os operadores de perfuração, com quem dispunha de capital num volume bastante grande. Aí surgiu a Sete Brasil. A Sete Brasil nunca foi idealizada para ser uma operadora de perfuração. Ela foi idealizada para ser uma empresa de capital, uma empresa de investimentos, agregando uma série de investidores institucionais brasileiros e estrangeiros. Ou seja, era uma fornecedora de capital. A Sete Brasil, associada com operadores tradicionais de perfuração, iria criar *joint ventures*, estabelecer parcerias, sociedades, com esses operadores e explorar junto esses negócios. Mas ainda existia uma série de riscos a serem ultrapassados, a serem vencidos. Um desses riscos era associado à própria construção pioneira de sondas no Brasil. Logo nos primeiros meses de discussão, a gente se deparou com esse grande risco — talvez fosse o grande risco percebido por todos na época: o risco de construção das sondas no Brasil. Ou seja, mesmo que a PETROBRAS oferecesse contratos de longo prazo para prestação daquele serviço, mesmo que os operadores de sondas tradicionais se dispusessem a se associar com a Sete Brasil, a gente ainda precisava vencer o grande risco, que era o risco de construção pioneira dessas sondas no Brasil. Então, foi negociado, houve uma ampla negociação, da qual participou uma série de agentes econômicos, sindicatos de classe — o SINAVAL participou dessas discussões junto com o



Governo, na época —, e foi criado o fundo garantidor da construção naval. Então, o fundo garantidor da construção naval foi mais uma engrenagem, mais um elemento alocado dentro do projeto para mitigar um risco bastante grande, percebido por todos, para que o projeto pudesse ficar de pé. Passada essa etapa em que o fundo garantidor da construção naval foi estabelecido, em que as questões contratuais com a PETROBRAS foram também discutidas e as questões societárias com os operadores de sonda também foram superadas, foi idealizado um projeto financeiro em que o provedor de capital, ou seja, a sociedade Sete Brasil, e os operadores iriam entrar com 20% dos recursos necessários para os investimentos, e os outros 80% viriam de financiamentos de bancos brasileiros e estrangeiros. Isso é que foi estabelecido, isso é que foi idealizado e isso é que foi cumprido, pelo menos até a minha saída da Sete Brasil. Como eu falei, eu deixei a PETROBRAS em 2011, em maio de 2011, e imediatamente ingressei na Sete Brasil. Por uma questão societária da Sete Brasil, por acordo de acionistas, a PETROBRAS tinha uma participação na sociedade, na Sete Brasil, que variava de 5% a 10%. Foi estabelecido no acordo de acionistas que a PETROBRAS nunca poderia ter mais de 10% de participação, mas nunca deveria ter menos de 5%, que foi a contribuição que a PETROBRAS... Então, foi estabelecida essa negociação no acordo de acionistas, e o objetivo dela foi a PETROBRAS mostrar que ela confiava no projeto. Ou seja, ela estava convidando uma série de investidores, ela estava oferecendo um projeto para o mercado, para o financiamento de bancos, e ela mesma mostrou ao mercado que acreditava no projeto, acreditava tanto que participava também da sociedade, do risco, limitado ao risco da sua participação. Ela começou com 9,3%; hoje acredito que ela esteja em torno, mais ou menos, da mesma proporção: 9% de participação. Mas, no acordo de acionistas, foi definido que a participação da PETROBRAS variava de 5% a 10%. Então, a estrutura financeira que foi idealizada concebeu 20% de capital próprio dos acionistas. A Sete Brasil e os operadores de perfuração dividiam esses 20% — mais para a Sete Brasil do que para os operadores, na proporção de 80%... Daqueles 20%, 80% iam para a Sete Brasil e o restante para os operadores. A contrapartida na sociedade entre Sete Brasil e operadores... a grande contrapartida da Sete Brasil era prover as garantias, prover o principal volume de capital, e a contrapartida do outro operador era operar as sondas quando essas sondas estivessem prontas para



operação. Juntos explorariam esse negócio. O projeto prosseguiu em 2010 — eu ainda estava na PETROBRAS naquela época —, e eu, a nossa equipe e nossos assessores financeiros externos fomos, como se diz no mercado, fazer um *road show*. Nós fomos ao mercado oferecer a participação na sociedade, oferecer a investidores institucionais que viessem participar do projeto. O primeiro investidor que nós contatamos foi a PETROS, o que foi uma decisão natural, pois a PETROS é o fundo de pensão da PETROBRAS. A PETROBRAS tem uma relação muito próxima com a PETROS, e, através dessa relação, nós conseguimos uma reunião com o Diretor de Investimentos da PETROS na época, mostramos o projeto a ele, e ele achou bastante interessante, principalmente pela mitigação, pelo programa de mitigação de riscos que nós tínhamos, pela longevidade do projeto e pela expectativa de retorno que existia. Essa primeira reunião foi bastante frutífera, teve um bom resultado, e foi agendada uma série de outras reuniões com o grupo técnico da PETROS. A partir dessas reuniões com a PETROS, a PETROS também conseguiu para a gente outras reuniões com outros três grandes fundos de pensão, que foram FUNCEF, PREVI e VALIA. Em paralelo, nós fomos buscar outros investidores, bancos de investimentos. Conversamos com seis bancos e acabamos fechando com três, que foram BTG, Bradesco e Santander. Conversamos também com alguns investidores estrangeiros; um deles acabou fechando numa segunda etapa. A Sete Brasil fechou, inicialmente, a negociação para entrada no capital com sete investidores — quatro fundos de pensão e três bancos de investimento. Numa segunda etapa é que nós tivemos um aumento de capital. Novos investidores ingressaram na empresa, sendo um deles um *private equity* americano. E tínhamos uma expectativa de que outros investidores também ingressassem, porque continuamos conversando com o mercado para ampliar o portfólio de investidores da empresa. Naquela época, isso acabou não ocorrendo, porque, nos aumentos de capital que se seguiram, que foram subsequentes, os investidores originais exerceram o seu direito de preferência. Então, não surgiu sobra de capital para que novos investidores ingressassem na empresa. Mas existia, na época, um grande interesse do mercado, principalmente de *private equity* nos Estados Unidos. Existia também interesse de um fundo de investimento árabe, mas foi isso o que acabou sendo fechado. Ou seja, o que foi definido como corpo de acionistas da Sete Brasil



foi isto: no início, PETROBRAS e mais sete investidores — quatro fundos de pensão e três bancos. Posteriormente, outros três investidores entraram. Basicamente, Excelência, o que eu tinha para abordar a respeito da captação, da criação da Sete Brasil é isso. E eu me coloco à disposição para eventuais perguntas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Muito bem.

Acredito que haverá muitas perguntas. Iremos iniciar pelo Relator, Deputado Sergio Souza.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Boa tarde a todos, ao Sr. Presidente, Deputado Efraim Filho, ao caro João Carlos Ferraz.

Antes, Sr. Presidente, quero dizer a todos os membros desta Comissão que, de última hora, nós tínhamos um pedido de conversa com o Juiz Sérgio Moro, que na sexta-feira acabou confirmando. Eu e o Deputado Efraim Filho estivemos com ele ontem. E ele vai ser muito solícito com esta Comissão, principalmente no compartilhamento de informações para ajudar nas nossas investigações, inclusive para que nós possamos ouvir aqueles que são citados nesta CPI e estão também na Lava-Jato. (*Palmas.*)

Com relação à Sete Brasil, Sr. João Carlos de Medeiros Ferraz, uma notícia que circulou na imprensa recentemente — e até existe algo na *Folha de S.Paulo* de hoje — dá conta de que o senhor, no seu acordo feito com a Justiça, comprometeu-se a devolver um volume considerável de dinheiro e repatriação de outra parte. Isso é verdade? (*Pausa.*) Isso é público.

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Excelência, em relação a essa questão, por orientação do meu advogado, eu vou exercer o meu direito de permanecer em silêncio.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Sr. Relator, permita-me apenas esclarecer ao Plenário — alguns Deputados chegaram agora: o Sr. José Carlos Ferraz ingressou com pedido de *habeas corpus* no Supremo Tribunal Federal, o qual, às 14h32min de hoje comunicou a esta CPI.

O Sr. José Carlos Ferraz tomou a decisão, diante do *habeas corpus* que lhe garante o direito de permanecer em silêncio, que ele falará sobre as relações da Sete Brasil com os fundos, a captação, os assuntos que digam respeito à formação da Sete Brasil e algum outro mais que ele sinta que não infringe eventuais termos de



uma eventual delação premiada ou negociação que possa eventualmente estar em curso.

O *habeas corpus* garante esse direito. Logicamente, a CPI não se sente satisfeita com apenas a resposta parcial das questões. Porém, entendemos aqui, num diálogo com a Mesa, que é possível avançar naquilo que diga respeito aos fundos e outros temas transversos que nós iremos abordar.

É lógico que, ao final da reunião, dependendo do desempenho e das respostas do Sr. Ferraz, este Plenário poderá decidir se o *status* do Sr. Ferraz continua como sendo de testemunha, aquele que foi chamado, ou se pode passar à condição de acusado ou não nesta CPI.

Mas a comunicação do *habeas corpus* está aqui sobre a mesa. E ele fez esta assertiva à Mesa: de que, sobre temas que digam respeito às relações com a Operação Lava-Jato, ele irá preferir permanecer em silêncio. É um direito que lhe cabe, é um direito que é obrigação nossa aceitar. A CPI desde já informa que não se sente satisfeita, mas temos de respeitar o ordenamento jurídico.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Sr. Presidente, esse contexto se mantém mesmo numa audiência reservada?

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Seria interessante perguntar ao depoente.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Devemos perguntar ao depoente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Eu posso questionar, caso a reunião seja feita em caráter reservado, portanto, sigiloso, o que impede a publicação de ata e só tem a presença de Deputados, se o Sr. Ferraz se disponibilizaria a falar sobre todo o tema.

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - É, neste momento, sim, eu prefiro me manter em silêncio.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Perfeito. É o teor do *habeas corpus* dele, o que não impede os senhores e senhoras de fazer qualquer tipo de pergunta. Cabe a ele decidir o que vai responder ou não.

Segue o Relator.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Obrigado, Sr. Presidente.



Sr. Ferraz, pelo relatório que V.Sa. fez, desde a descoberta do pré-sal até a operacionalização do mecanismo para a perfuração de poços, as sondas para se acharem os poços, isso tudo aparentemente foi um bom investimento. O senhor considera que continua sendo um bom investimento?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Excelência, eu vou responder até o momento em que eu encontrava à frente da empresa,...

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Perfeito.

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - ...porque, desde então, eu não tenho informações detalhadas a respeito da empresa e do projeto. Vou trazer um número para V.Exa. Seis meses antes da minha saída, por reivindicação dos acionistas, do grupo de acionistas da empresa, nós contratamos uma consultoria para fazer uma avaliação da empresa, avaliação do valor da ação da empresa, já que a Sete Brasil era até então, e hoje permanece, uma S.A. de capital fechado. Então, fica muito difícil: o valor da ação não corresponde diretamente ao valor de uma ação negociada em Bolsa, já que a Sete Brasil é uma S.A. de capital fechado. Essa empresa — eu estou falando de 6 meses antes da minha saída — concluiu os estudos e avaliou o valor da ação na época em 2 reais e 80 centavos, portanto, 180% acima do valor original da empresa, que foi aproximadamente 2 anos antes. A nossa meta atuarial que nós tínhamos, se o projeto fosse concluído, se tudo ocorresse conforme planejado, a expectativa nossa era de uma valorização média anual de IPCA mais 15%. Então, nesses 2 anos e meio que transcorreram entre o início — menos e 2 anos e meio — até essa avaliação, houve uma valorização de 180%, portanto, muito maior do que o que foi previsto originalmente no desenho original da empresa, o projeto. Complementando, é óbvio que muito daquilo que foi imaginado acabou não sendo possível de ser realizado. Mas conceitualmente, a Sete Brasil eu acho que era uma empresa que ia dar...

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Em que ano o senhor saiu mesmo?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Eu saí em maio de 2013.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Está bem.

Qual a razão de o senhor ter deixado a empresa, ter saído da empresa?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - O meu contrato de trabalho era de 3 anos. Então, finalizado o primeiro mandato, eu teria que ser



reconduzido. E no acordo de acionistas existia uma cláusula em que o a PETROBRAS indicava o presidente. E a PETROBRAS decidiu não me encaminhar de volta para assumir um novo mandato, a PETROBRAS decidiu indicar um novo profissional. E esse novo profissional assumiu e eu saí da empresa.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Está bem.

Sr. Ferraz, naquele momento da constituição da Sete Brasil apresentou-se uma proposta de sete ou de nove sondas? Quantas eram?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Eram sete sondas.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Sete sondas. Daí vem o sete inclusive, não é isso?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Sim.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Essa proposta foi levada aos fundos de pensão quando já tinha aportado à PETROBRAS o seu percentual lá de 7%, já tinha constituído?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Não, não.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Não tinha?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Não. Isso aí foi levado aos fundos de pensão ainda como um conceito, como uma ideia. Os fundos de pensão só entraram em maio de 2011, que foi a data em que eles entraram como acionistas na Sete Brasil

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - E ainda não tinham, naquele momento, recursos aportados na Sete Brasil? É isso?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Tinha um valor simbólico. A Sete Brasil foi constituída em dezembro de 2010, com um capital simbólico de 100 reais.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Certo. Era só o que tinha. E desde quando vocês conversavam com os fundos de pensão?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - No início de 2010, a gente já vinha conversando com vários fundos de pensão.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - O aporte dos fundos de pensão era necessário para alavancar os demais investidores?



**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Não, porque todos entraram juntos. O conceito era fechar com todos os investidores em potencial um acordo de acionistas único. Todos entraram ao mesmo tempo.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Quem te apresentou à direção da PETROS?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Desculpa.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Quem apresentou a direção da PETROS ao senhor, quando o senhor esteve lá na primeira conversa, que foi muito boa, como disse agora há pouco.

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Foi o Dr. Luís Carlos Afonso.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Quem era Luís Carlos?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Era o Diretor de Investimentos da PETROS.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - O senhor já o conhecia? É isso?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Eu o conhecia já de outros investimentos, outros projetos vinculados à PETROBRAS de que a PETROS participava. Então, a gente já tinha um...

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - O senhor mesmo que o procurou direto? O senhor o procurou diretamente, sem intervenção de terceiros?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Na época, teve um agendamento, teve uma conversa do meu gerente na época.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Quem era o seu gerente?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Era o Pedro Bonesio, e o Almir Barbassa era o Diretor da PETROBRAS. Eles me ajudaram a marcar essa reunião com a PETROS.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Nessa reunião, vocês apresentaram o projeto e trataram de valores ou não?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Tratamos de conceito, de qual era o tamanho...

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Ou nas reuniões subsequentes?



**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - A gente tratou de conceito, inicialmente, nessa primeira reunião. Foi uma reunião de aproximadamente 1 hora e meia, 2 horas, onde discutimos todos os conceitos, quais eram os principais riscos percebidos, quais eram as limitações para a PETROS entrar. A PETROS não poderia ter uma participação maior do que 20% do capital, e o mesmo se aplicaria aos demais fundos de pensão. Então, essa primeira reunião foi uma reunião conceitual.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - O senhor foi avisado de que os fundos de pensão não poderiam investir em capital fechado? Eles sabiam disso.

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Na verdade, eles não entraram diretamente no capital fechado.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Daí criou-se um FIP.

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Criou-se um FIP — Fundo de Investimento em Participações.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Quem criou o FIP?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Foi a PETROBRAS.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - A PETROBRAS? Santander?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Na verdade, a PETROBRAS contratou a Caixa Econômica, e a Caixa Econômica que foi o gestor e administrador do FIP.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Isso foi feito tudo junto?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Foi tudo junto.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Então, houve uma conversa com o fundo de pensão antes mesmo de existir o FIP?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Sim.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Quanto é que foi investido da PETROS, nesse primeiro momento, e também da PREVI e da FUNCEF?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Em valores, eu não saberia. Teria que fazer contas. Mas aproximadamente 19% do capital total.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Qual era o capital total?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - O capital total era de 1,9 bilhões de reais. Desses 1,9 bilhões, 5% eram investidos diretamente na



PETROBRAS e os outros 95% eram o FIP. Desses 95%, 19% foram investidos pela PETROS e pela FUNCEF...

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Bilhões de reais ou dólares?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - De reais.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Mas insuficiente para construir as plataformas?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Para as primeiras sete sondas, era suficiente. Na verdade, tinha um pouquinho de sobra que a gente já estava imaginando usar num momento seguinte.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Até porque o senhor nos disse aqui que em torno de 600 a 700 milhões de dólares eram necessários.

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Para as sete sondas, dá mais ou menos 5 bilhões de dólares.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - E aqui, o inicial foi 1,9 de reais.

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Só que 20% desse valor é que era o valor necessário para o capital. Os outros 80% eram financiamentos de terceiros.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Certo. Na sequência, foi elevado para 29 sondas.

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Para 29 sondas, sim.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Como foi tomada essa decisão? Já estava em andamento a construção das sete anteriores? O senhor sabe nos dizer se alguma já foi concluída até hoje?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Não sei dizer. Já tem 1 ano e meio, quase, que eu sai da empresa, e não venho acompanhando...

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Quando o senhor deixou a empresa, alguma tinha sido iniciada?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Já. Já tínhamos quatro sondas iniciadas, sendo duas delas com mais de 50% do...

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Certo. A notícia que nós temos é que nenhuma delas foi concluída até hoje. Mas por que se tomou a decisão de elevar a 29 se nem as sete iniciais tinham sido começadas?



**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Porque o programa da PETROBRAS é um programa de atendimento das sondas ao longo do tempo. As primeiras sete sondas foram alocadas num único estaleiro. Esse estaleiro, ele não consegue fazer sete em paralelo, ele consegue fazer uma...

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Você considera isso um erro de estratégia?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Não considero. Não considero, porque o primeiro estaleiro que foi contratado, ele foi contratado para construir sete sondas. Ele vai entregar a primeira, depois a segunda, depois a terceira. Ele não consegue entregar... Se nós tivermos mais estaleiros construídos em paralelo, as mesmas sondas, a gente consegue entregar para a PETROBRAS mais sondas, essas sondas entram em operação mais cedo, e, mais cedo, começa-se a gerar caixa e pagar os dividendos para a empresa.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Certo. E, na tomada de decisão de sete para 29, foram contatados antes os fundos de pensão? Para conversar sobre essa tomada de decisão?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - A partir da criação da Sete Brasil, todas as questões relacionadas à Sete Brasil eram discutidas e decididas pelos próprios acionistas da Sete Brasil. A formatação da governança da empresa, da Sete Brasil, ela contempla conselho de administração e assembleia de acionistas, sendo que assembleia de acionistas tem um peso, uma força muito grande nas principais decisões da empresa. Por conta do estatuto da Sete Brasil, a diretoria, praticamente, não tem poder decisório algum. Todas as decisões são feitas pelos próprios acionistas, através dos seus conselheiros e através das assembleias de acionistas. Então, a partir da criação da Sete Brasil, da contratação dessas primeiras sete sondas, toda a estratégia que se seguiu, incluindo a contratação, a participação nas licitações da PETROBRAS, a preparação das propostas, a assinatura de contratos, tudo isso foi discutido e decidido, em última análise, pelos acionistas da empresa, que contemplam não só os fundos de pensão, mas contempla os demais acionistas também.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - No convencimento dos fundos de pensão a fazer um investimento inicial e também no aumento de suporte para a



expansão para as 29 sondas, houve alguma interferência política? Algum político, seja ele ligado ao Governo ou ao Parlamento ou a partidos políticos, fez alguma interferência nas direções dos fundos de pensão, pedindo para que eles investissem na Sete Brasil?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Não que seja do meu conhecimento. Minha relação, como eu disse, que era diretamente com os conselheiros da empresa, que eram representantes dos acionistas.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - O senhor buscou alguma ajuda, além dessas que o senhor já citou, a do Luiz Carlos, do Afonso e do Pedro? O senhor buscou alguma ajuda política na direção da PETROBRAS para que conversasse com alguém para ajudar?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Nas informações veiculadas — o senhor já disse que não vai falar sobre a repatriação e da devolução de recursos, e numa frase de V.Sa. o senhor já teria dito que aceitou na forma de gratificações, em um momento de fraqueza, e essas são palavras de V.Sa. — há notícia também de que a conversa sobre propinas, para que houvesse esses investimentos, ela se deu bem antes da composição da Sete Brasil. Eu gostaria de saber de V.Sa. se já estavam envolvidos aí os nomes dos fundos de pensão, a captação já estava envolvido com o intuito de lucro próprio também nesse caso?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Deputado, eu não me envolvi em nenhuma discussão a respeito desses assuntos que o senhor citou. As minhas discussões eram diretamente dentro dos quadros da empresa, com os conselheiros da empresa, com os acionistas da empresa. Se houve alguma coisa daí para fora, eu não posso afirmar, porque eu não presenciei.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - O senhor sabe nos dizer, por exemplo, se o valor investido pelos fundos de pensão... Hoje, eles valem quanto por cento do foi investido?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Não tenho essa informação. Na época, quando eu saí, como eu informei, existia uma valorização bastante acentuada para aquele momento. Hoje, eu não sei informar.



**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - O senhor sabe nos dizer se a Sete Brasil vai dar continuidade ao seu trabalho?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Não sei informar, porque, como eu disse, já há quase 1 ano e meio que me desliguei da empresa.

**O SR. DEPUTADO VITOR VALIM** - Mas o senhor afirmou ou não que recebeu, num momento de fraqueza, esse 1 milhão e tanto? É que ficou meio mal compreendida essa história...

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - É. Isso consta de uma matéria da *Folha de S.Paulo* — e aqui tem algumas aspas —, segundo a qual o Sr. Ferraz teria recebido 1 milhão e 900 mil dólares em propina e que parte disso estaria devolvendo e que parte disso seria repatriada. Devolveria 3 milhões de reais, e haveria a repatriação de 7,7 milhões de reais. Isso é uma matéria que circulou na imprensa. O senhor tem conhecimento dessa matéria que circulou na *Folha de S.Paulo*?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Excelência, a respeito desse assunto, como eu já disse...

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Não. Da matéria, só? A respeito da matéria?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - A respeito desse assunto, Excelência, gostaria de reafirmar que eu vou seguir as orientações do meu advogado. Eu vou permanecer em silêncio.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Agora, se é verdade, Relator, a matéria, é um baita prejuízo, porque levou propina com o dólar a 2 e pouco e está devolvendo a 4 e pouco. Então, quem vai ganhar é a PETROBRAS.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Mas como é repatriação, acho que está lá fora.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Volta a 4 reais.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Talvez seja um dos bons investimentos que fez nos últimos tempos a PETROBRAS. Quando do convencimento dos fundos de pensão para o investimento, foi V.Sa. quem apresentou o projeto? Tinha dados ali da PETROBRAS? Que participação tinha a PETROBRAS na composição desse fundo inicial? Lógico, houve o seu aporte



financeiro, mas que participação política tinha a PETROBRAS no convencimento e na apresentação desse projeto das sondas?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Participação política eu não posso afirmar, Deputado, porque eu não participei de nenhuma negociação política a esse respeito. As discussões foram inteiramente técnicas. Os dados, sim, eram dados originados na PETROBRAS; as apresentações eram originadas na PETROBRAS; eu era um funcionário da PETROBRAS, junto com a equipe que me assistia. Nós íamos não só aos fundos de pensão, mas a uma série de investidores, apresentar e tentar vender a ideia de investir na Sete Brasil.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Sr. Ferraz, durante a formação desse capital da Sete Brasil com recursos dos fundos de pensão, o senhor sabe nos dizer se houve pagamento de propina para alguns dos dirigentes dos fundos de pensão?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Não que seja do meu conhecimento.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - É uma pergunta que nós temos feito a vários que passam por aqui. V.Sa. tem filiação partidária?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Só para constar em ata.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Nem nunca teve?

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Nunca teve?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Nunca tive.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Já fez algum tipo de doação para candidato ou partido político?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Para encerrar, Sr. Presidente — nós nos reservamos o direito de fazer outras perguntas depois —, na composição desse fundo, num segundo momento, qual foi o principal argumento para convencer os fundos de pensão a investirem mais do que eles tinham investido e por que a PREVI não investiu mais na recomposição de 7 para 29 novas sondas?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - O principal argumento foi o próprio crescimento da empresa. Como eu disse, a gente não convencia os fundos de pensão; a gente apresentava... Para os acionistas — esses já eram acionistas da



empresa —, a gente apresentava o plano de crescimento. Esse plano poderia ser aprovado ou rejeitado. No caso, ele foi aprovado. Quando ele é aprovado, o ato seguinte é a busca por capital. Então, faz-se um aumento de capital, e cada acionista, soberanamente, decide se vai ou não participar, se vai exercer integralmente seu direito de preferência, se vai exercer parcialmente esse direito de preferência ou se vai preferir não exercer o direito de preferência. Quando a gente fez esse aumento de capital para crescer a empresa de 7 sondas para 28 sondas, alguns aumentaram a participação — no caso, o BTG aumentou a participação —, alguns a mantiveram e outros a reduziram. Outros não exerceram o seu direito de preferência e, com isso, acabaram sendo diluídos. A PREVI foi um desses. A PREVI, se não me engano... Eu posso estar enganado, mas acho que foi o único caso em que ela não...

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - O senhor sabe a razão?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - O que eles alegaram na época é que eles já estavam com uma exposição muito grande ao setor de petróleo e à PETROBRAS. Então, o comitê de crédito deles, da PREVI, tinha orientado a não fazer o aumento de capital por conta dessa exposição muito grande ao setor de petróleo e, particularmente, à PETROBRAS.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Mesmo não tendo a PREVI aumentado, os demais — PETROS, FUNCEF e Valia —, juntamente com a PETROBRAS, chegaram a 59% do patrimônio do FIP, é isso? São os dados que nós temos aqui.

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Sim, possivelmente. Eu não lembro.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Depois o BTG, em torno de 20%; o Bradesco, 12%.

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - O BTG, ele aumentou bastante a participação. Nesse aumento de capital, o grande investidor que aumentou a sua participação foi o BTG. A PETROS e a FUNCEF a mantiveram em valor absoluto, mas acabaram sendo diluídos — saíram de 19% para 15%. O BTG saiu de 13% e foi pra 25%. Outros investidores aumentaram em termos de valor, em reais, a sua participação, mas, dentro do capital total, acabaram tendo uma



participação percentual reduzida. Os valores exatos eu não lembro de cabeça, mas eu me lembro do BTG, porque passou a ser o grande investidor da empresa.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Aqui tem essa notícia do percentual. A Sete Brasil era composta de um conselho. Todos esses fundos tinham assento no conselho?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Todos os investidores da empresa tinham assento no conselho.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Alguns tinham mais assentos?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Alguns tinham uma cadeira e outros tinham 2 cadeiras.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Os fundo de pensão o senhor se lembra de quantas cadeiras tinham?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Os fundos de pensão que tinham maior participação, que é o caso da PETROS e da FUNCEF, tinham 2 cadeiras. Os demais tinham uma.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Esses conselhos eram remunerados?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Sim.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - O senhor sabe o valor da remuneração do conselho?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Não me recordo, Deputado. Não, não me recordo.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Era em dólares ou era em reais?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Não, em reais.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Os valores eram pequenos, grandes? O senhor tem noção? O senhor também era membro do conselho?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Eu abri mão da minha participação, porque, como eu já era Presidente, a minha participação era muito mais no sentido de orientação. Eu achei que não era correto eu receber como Presidente e receber ainda...

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Quando lhe ofereceram o conselho, o senhor sabia o valor do conselho?



**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Do valor original eu me lembro.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Qual que era o valor original?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Era 7.500 reais. Esse era o valor original. Agora, ocorreram alguns aumentos posteriores, e eu não me lembro para quanto foi essa remuneração.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Para finalizar, o senhor sabe... Na situação de hoje — não o lado passado, porque o senhor já respondeu essa pergunta —, o senhor poderia nos dizer, como um profundo conhecedor do mercado e idealizador dessa empresa, se os fundos de pensão, hoje, fizeram um bom ou um mau investimento?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Se eles forem sair hoje, eles vão fazer um mau investimento. Se a Sete Brasil conseguir implementar os seus contratos; se as sondas forem construídas; e se as sondas forem exploradas adequadamente por empresas, por sócios, por operadores qualificados e conseguirem um índice de *performance* que era o que a gente imaginava que era possível de conseguir, na faixa de 95% de *performance*... Ou seja, mede-se a *performance* por mês: o número de dias em que sonda está em operação. Se em 95% do tempo ela estiver em operação, eu acho que pode vir a ser um bom negócio. Mas tudo depende de como a empresa vai se comportar daqui para frente. Sair hoje, obviamente... A empresa não existe, em termos de geração de caixa, não existe em nível de ativos — os ativos ainda estão em construção. Então, sair hoje, se for para realizar hoje o investimento, certamente é mau negócio. Agora, poder ser que, de novo, a partir de que as sondas venham a ser construídas, entregues e bem operadas, isso possa vir a tornar a ser um bom negócio, próximo daquilo que foi idealizado originalmente.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Mas veja só. Lá no balanço de 2013 já se previa um prejuízo e uma dívida da Sete Brasil de 3,1 bilhões de dólares. Isso consta do balanço em que a Sete Brasil revelou dívidas não pagas de 3,1 bilhões de dólares, algo em torno de 8,5 bilhões de reais, e que teria indicado inclusive promessas do BNDES em torno de 11 bilhões de reais para recompor essas dívidas. O que o senhor pode dizer sobre isso?



**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Eu não posso dizer muita coisa, Deputado, porque esse balanço foi divulgado posteriormente a minha saída. O que eu posso dizer é que, até o último dia minha gestão na empresa, todas as obrigações da Sete Brasil eram cumpridas à risca, em dia, e não houve nenhum atraso, de nenhuma obrigação, de qualquer obrigação — financeira, operacional, contratual — da empresa durante a minha gestão.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Sr. Ferraz, para um leigo e para um beneficiário dos fundos de pensão, seja da PETROS, seja da FUNCEF... A PREVI foi inteligente e não continuou investindo. Ainda bem que o POSTALIS, um dos fundos que fez os piores investimentos, algo que verificamos nesta CPI, não investiu lá também; senão, estaria quebrada, realmente. Mas é muito claro para esta CPI — isso está na Operação Lava-Jato; não é objeto da nossa investigação... Mas, tanto na fala de V.Sa. de que teria, num momento de fraqueza, recebido algo em torno de 2 milhões de dólares e que estaria repatriando isso ao País — V.Sa., que é o idealizador desse fundo de investimentos —, como o Sr. Pedro Barusco, que, já, em confissão, se comprometeu a repatriar 97 milhões de dólares ao País. Isso, nenhuma sonda das idealizadas desde o advento do pré-sal, descoberto em 2006... E em 2008 houve uma orientação para a construção dessas sondas no Brasil. Aí começaram a formular como seria feito isso. Idealizou-se a Sete Brasil. A Sete Brasil foi constituída com o dinheiro dos trabalhadores brasileiros, daqueles que pagam impostos e daqueles que têm esperança de receber pensão e aposentadoria dignas. E, de repente, nenhuma das sondas... Mas há um reconhecimento em delações premiadas, em depoimentos veiculados pela imprensa e, principalmente, pela Justiça brasileira, de repatriação de mais 1 centena de milhões de dólares, hoje, qualquer coisa próxima a 500 milhões de reais, ou meio bilhão de reais. E dizer que nisso não se tinha diretamente má intenção... É difícil para nós, membros desta CPI, ouvir isso e é frustrante, porque aqui é a Casa da representação brasileira, e a sociedade brasileira, aqui, através de cada Parlamentar que está aqui, está representada na sua ansiedade de ver este País um pouco melhor do que ele está. Eu, que sou membro de um partido da base do Governo, diria com toda a tranquilidade: a instabilidade política nasceu daqui. E a instabilidade política gerou a instabilidade econômica deste País, que a sociedade como um todo está pagando.



(Palmas.) Quando se fala em corrupção, parece que é uma coisa normal no nosso País. Agora se está falando em corrupção de centenas de milhões, de bilhões. A própria PETROBRAS já reconheceu um prejuízo pela corrupção de quase 7 bilhões de reais. Isso é inadmissível. Isso, do que foi pago. Agora, de quem ganhou para executar esses serviços e assim por diante... Talvez esse seja o déficit, hoje, do nosso País, encaminhado no Orçamento aqui para o Congresso Nacional.

Sem mais perguntas, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Agradeço ao Relator.

Com a palavra o Deputado Marcus Pestana, Sub-Relator, pelo prazo de 10 minutos.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Boa tarde a todos. Caro Presidente, caro Relator, hoje eu vou aceitar a sugestão do nosso Deputado Paulo Azi e vou inquerir questão por questão.

Em primeiro lugar, a Sete Brasil foi uma proposta ousada, no ambiente do Éden, oferecido pelo pré-sal. Eu queria saber por que envolvia múltiplos órgãos do Governo numa operação extremamente sofisticada, ousada, porque é numa fronteira tecnológica complexa. Quais são os atores? Entra a Caixa Econômica como gestora do FIP Sondas, entra a PETROBRAS como demandante e acionista, atores privados, fundos de pensão. Consta que o senhor foi o idealizador, quem imaginou, quem teve o *insight*. Mas, depois, a arquitetura institucional era extremamente complexa. Quais os atores, que Ministérios, que atores governamentais participaram desse desenho?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Deputado, do desenho, da estrutura principal do desenho, isso foi concebido dentro da própria PETROBRAS. É óbvio que, conforme o desenho foi sendo desenvolvido... V.Exa. mesmo citou, é um projeto bastante complexo e que mexe com uma indústria existente. Um projeto complexo, para mexer com uma indústria existente, que mexe com uma série de atores, se não for melhor do que o padrão existente, não vai prosseguir. Então, para ele ser melhor que o padrão existente, nós tivemos que discutir esse, esse (*ininteligível*) original com uma série de atores existentes na indústria. Então, nós... Para que ele viesse, para que nós pudéssemos atrair os estaleiros internacionais para o Brasil, nós discutimos com o setor de construção naval. Para que nós



podéssemos atrair investidores de capital, nós discutimos com o setor de investimento de capital.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Mas dentro do Governo?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Pois é. Eu vou chegar lá, Deputado, só um minutinho. Então, nesse desenho original, participaram... Quando a gente identificava uma lacuna, um risco muito grande e que a PETROBRAS não queria assumir esse risco, outros atores existentes não queriam assumir esse risco, então, nós discutíamos quem era o participante melhor qualificado para assumir esse risco. Então, no caso do risco de construção, nós discutimos o fundo garantidor da construção naval com o Governo. Na época, eu estava na PETROBRAS ainda. Então, existia um representante da PETROBRAS, representante do BNDES, representante da indústria naval — o SINAVAL. E a gente vinha aqui a Brasília, discutia com órgãos do Planejamento para definir qual era a melhor estrutura. Foram meses de negociação até a gente conseguir idealizar um desenho mais qualificado possível para esse fundo garantidor da construção naval. Então, nós discutimos com uma série de setores, mas sempre com essa visão de...

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Mas quem coordenava? Há de convir: PETROBRAS, Caixa Econômica, fundos de pensão... Quem fazia a coordenação governamental?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Governamental...

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Porque essa era uma aposta que estava no PAC, era uma proposta ousada de política industrial, de conteúdo nacional.

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Não existia com o Governo uma negociação centralizada. Por exemplo, a gente precisava discutir fundo garantidor da construção naval, a gente formava uma equipe, e essa equipe ia discutir com os setores. Eram agendadas diversas reuniões dentro do Planejamento, dentro do Ministério da Fazenda, Tesouro. E essas discussões...

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Mas não havia envolvimento do Palácio?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Não.



**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - O Ministério da Casa Civil nunca se envolveu nessa discussão?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Não, eu nunca estive no Gabinete Civil. Estive no Palácio Planalto uma vez, numa solenidade, isso já posteriormente.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - O envolvimento era distante do Palácio do Planalto?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Não era do meu conhecimento. Se existia, era num outro nível, não no meu nível. Eu queria lembrar, Deputado, que eu era em nível gerencial, dois níveis abaixo do Diretor da PETROBRAS. Então, eu não tinha um nível gerencial que me permitia tratar esse tipo de discussão.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Do estaleiro que fazia parte do arranjo negocial a Presidente Dilma inclusive assina o contrato como testemunha, quando Ministra da Casa Civil. Quer dizer, o Governo dava muita relevância a esse arranjo produtivo.

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Deputado, não é do meu conhecimento. Os estaleiros que foram contratados foram Atlântico Sul, Jurong, BrasFels, Rio Grande...

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - O Rio Grande, ela foi à solenidade.

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Na solenidade com a Sete Brasil, Deputado, eu posso estar enganado.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Na assinatura do estaleiro Porto Alegre...

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Não, para a criação do estaleiro?

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - É.

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - A criação do estaleiro é outro negócio.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Era um fornecedor da Sete Brasil, mas está ótimo. Então, a Casa Civil não havia nenhum processo de coordenação.



**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Não que seja do meu conhecimento.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Foi tudo um processo de construção pontual. Quer dizer, PETROS, PREVI, FUNCEF, PETROBRAS e Caixa Econômica Federal se coordenaram em uma coisa que vai a 3 bilhões...

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Não é bem assim, Deputado. A entrada dos fundos de pensão ocorre só em maio de 2011, como eu já citei. As discussões com esses fundos de pensão transcorreram ao longo de todo o ano de 2010, não só com os fundos de pensão, mas com outros investidores, sempre no sentido de identificar quais eram as melhores oportunidades e dificuldades, para superar essas dificuldades.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Agora, o que o senhor falou é importante para entendermos o fluxo decisório ao longo do tempo. O senhor falou que, inicialmente, a PETROBRAS encontrou a PETROS, e a PETROS levou a FUNCEF, e aí foi formando a cadeia de participação, ou arranjo societário. Foi esse o fluxo?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Foi mais ou menos isso.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Quem estruturou foi então a própria força tarefa da PETROBRAS.

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Na verdade, a primeira reunião que nós tivemos foi na PETROS, com o Diretor de Investimentos da PETROS. E o Diretor de Investimentos da PETROS abriu um canal de comunicação nosso, da PETROBRAS, da área financeira da PETROBRAS, com outros fundos de pensão, com a VALIA, com a FUNCEF e com a PREVI. E ficamos nesses quatro fundos de pensão.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Eu peço atenção ao Presidente, porque surgiu uma primeira contradição: o Dr. Caser, da FUNCEF, disse que quem levou à operação da Sete Brasil foi o Santander e não a PETROS. Então, é importante esclarecer esse detalhe. Quem indicou o senhor para Presidente? De quem foi o convite? Da Sete Brasil?



**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Foi convite do meu Diretor, Almir Barbassa. Ele levou o meu nome depois para a Diretoria da PETROBRAS, a Diretoria da PETROBRAS confirmou e depois o meu nome teve que ser...

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Sérgio Gabrielli?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Não, Almir Barbassa, Diretoria...

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Não, mas depois o Sérgio Gabrielli?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Não o Sérgio Gabrielli. O José Sérgio Gabrielli é parte da Diretoria; a Diretoria Colegiada da PETROBRAS, e o meu nome então foi submetido para a assembleia de acionistas da Sete Brasil, que o aprovou.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Por que o senhor foi demitido?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Eu não fui demitido, Deputado. O meu mandato se encerrou depois de 3 anos e, ao final do meu mandato, houve uma substituição de comando da empresa.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Como é que era a interação? Tinha os estaleiros, a Sete Brasil, os fundos, empresas privadas e bancos privados, envolvendo inclusive algumas empreiteiras e agora esse arranjo está revelado de outro foco. A convivência foi sempre pacífica entre todos os atores no conselho e na gestão da Sete Brasil?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Nem sempre. Como em qualquer empresa em que existe uma série de investidores com perfis diferentes... Um investidor de perfil de fundo de pensão é diferente de um investidor de perfil de banco de investimentos, de *private equity*, então, nem sempre era pacífico. Mas, na maioria das vezes, era bastante pacífico.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Quando o senhor saiu, houve uma indenização de 11,5 milhões. Houve algum questionamento de algum dos atores, de algum dos sócios? Houve algum questionamento sobre a indenização?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Não.



**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Nenhum fundo de pensão questionou, mesmo a Operação Lava-Jato já tendo produzido algumas notícias, em um momento inicial, envolvendo a Sete Brasil?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Não houve nenhum questionamento. Houve um acordo das partes para chegar à indenização.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Mas a Operação Lava-Jato já estava em curso, e algumas coisas já tinham vindo à tona?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Não me recordo.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Apesar de o senhor ter demonstrado, aí que... O ex-gerente Pedro Barusco colocou que havia uma prática não eventual ao episódio, mas, sim, sistemática — que houve um arranjo —, em que todos os contratos da Sete Brasil teriam 1% de propina, inclusive com um percentual de distribuição fixo para seus destinos. Havia essa prática? O senhor foi gestor durante a maior parte do tempo. Havia, sistematicamente, 1% de propina em todos os contratos?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Deputado, a esse respeito, eu vou seguir a orientação do meu advogado e vou exercer o direito de permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Houve algum questionamento dos três fundos sócios, quando veio à tona a questão da Operação Lava-Jato e do envolvimento da Sete Brasil como pagadora de propinas?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Eu vou exercer o meu direito de permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Mas não houve nenhum questionamento no Conselho? Os fundos não se protegeram em relação a isso?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Deputado, a esse respeito, eu vou exercer o meu direito de permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - O senhor teve algum jantar em Milão?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Deputado, a esse respeito, eu vou exercer o meu direito de permanecer em silêncio.



**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - O senhor tem alguma conta no exterior, alguma *offshore*?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Da mesma forma, Deputado, respeitosamente, eu vou exercer o meu direito de permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - E em nenhum momento, no Conselho de Administração, foi discutido o tema Operação Lava-Jato, as conclusões, os apontamentos que ela fez?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Durante a minha gestão, na Sete Brasil, nunca esse assunto foi levantado na Sete Brasil.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - O senhor há de convir que era um projeto ousado que senhor concebeu. Dentro de toda aquela miragem que era o pré-sal, era uma aposta, uma perspectiva que agora virou pó. Pode ser que se recupere em algum momento futuro, mas levou mais de 3 bilhões dos fundos. Na verdade, um sonho de tecnologia nacional, de substituição de importações, de conteúdo nacional, de exploração de uma riqueza nacional, virou um centro de propinas.

Uma última pergunta sobre a situação que o senhor viveu. O senhor revelou momentos de fraqueza, e todos os seres humanos têm momentos de fraqueza. O senhor encara o que ocorreu como corrupção ativa dos atores ou como extorsão? Como é que o senhor encara o processo que foi vivido? Deve ser muito doloroso ter vivido isso tudo.

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Deputado, respeitosamente, eu vou exercer o meu direito de permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Eu vou finalizar, porque é um ritual aqui. O senhor, obviamente, está aí com um *habeas corpus* e não fez o juramento. Mas é importante, porque são informações objetivas. Quero saber se o senhor teve contato pessoal — se conhece bem, conhece mal ou não conhece —, contato telefônico ou por *e-mail* com essas pessoas que eu vou citar. Responda “sim” ou “não”.

O senhor conhece bem ou mal o Sr. Pedro Barusco?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Conheço.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Gerson Almada?



**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Sim.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Milton Pascowitch?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Sim, conheço.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Os ex-Presidentes da FUNCEF?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Qual deles?

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - O Sr. Caser e o Sr. Guilherme?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Conheço o Caser.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - O Sr. Guilherme Lacerda, não, o ex-Presidente da FUNCEF?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Não, não recordo.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - O ex-Presidente e o Presidente da PETROS?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - O Luís Carlos Afonso, eu conheço.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Conhece. Renato Duque?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Sim, conheço.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - O ex-Ministro José Dirceu?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Sim, conheço.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Teve contato?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Tive contato com ele, sim.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Muitas vezes?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Não.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Mas é contato de que natureza?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - A respeito desse assunto, eu vou exercer o direito de permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Erenice Guerra?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Não conheço.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Não conhece. O ex-Ministro Gushiken?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Não conheço.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Antonio Palocci?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Conheço.



**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Teve contato telefônico, reunião?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Vou exercer o direito de permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Júlio Camargo?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Vou exercer o direito de permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - José Sérgio Gabrielli?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Sim, o Presidente da PETROBRAS.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Eduardo Musa?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Sim, Diretor da Sete Brasil.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - André Vargas, ex-Deputado?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Vou exercer o direito de permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Presidente Dilma Rousseff, contato pessoal?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Uma reunião com ela na época da PETROBRAS.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Sobre?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Assuntos da PETROBRAS. Ela era conselheira, Presidente do Conselho.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Inclusive a Sete Brasil?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Não recordo de termos tratado da Sete Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Com ela, como Presidente, o senhor não teve contato?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Não, senhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Na época...

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Mas como Presidente do Conselho da PETROBRAS?



**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Presidente do Conselho da PETROBRAS.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - E o ex-Presidente Lula?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Estive com ele num evento organizado pelo SINAVAL, no Rio de Janeiro, no Estaleiro Mauá.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - A sua intenção...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Foi o único momento seu de contato com o Presidente Lula?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Não, estive outra vez com ele num evento do SINAVAL no Instituto Lula.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - No Instituto Lula. Em que anos foram? O senhor pode dizer os anos do primeiro e do segundo contato? Nos contatos, o senhor já era Presidente da Sete Brasil?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - No primeiro, não; no segundo, sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - No primeiro, o senhor era funcionário, servidor da PETROBRAS?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Era Diretor de...

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Não, não era Diretor. Eu era Gerente Financeiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Gerente Financeiro da PETROBRAS. E, no segundo contato, já como Presidente da Sete Brasil?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Presidente da Sete Brasil.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - E o Presidente tomou contato com o tema da Sete Brasil. Ele era um entusiasta do pré-sal, não é?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Dentre outros temas, porque os assuntos que foram tratados foram tratados a nível do Sindicato da Indústria Naval.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Fora esse *habeas corpus*...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Só nessa linha: o primeiro assunto tratado também, dentre outros temas, envolveu a Sete Brasil?



**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - O primeiro assunto tratado... Sim.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Porque consta, inclusive na imprensa, ali em dois lugares, que o senhor é um grande amigo do ex-Presidente Lula. O senhor se considera assim?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Não.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Fora esse *habeas corpus* e essa contribuição parcial — e nós respeitamos a sua estratégia de defesa —, a sua disposição é colaborar com o Ministério Público e com a Justiça brasileira, para que o País possa virar essa página, que causou tantos prejuízos, inclusive aos participantes da FUNCEF, da PETROS e da PREVI? A sua intenção é colaborar com a Justiça?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Sim.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Muito obrigado, senhor. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Com a palavra o primeiro inscrito, o Sr. Enio Verri. Na sequência dos Deputados aqui presentes, teremos o Deputado Raul Jungmann, o Deputado Samuel Moreira, a Deputada Erika Kokay e o Deputado Paulo Azi.

Deputado Enio Verri, tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO ENIO VERRI** - Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. João Carlos, o senhor tem uma carreira e tem um currículo respeitável. E aí, com o pouco que V.Sa. nos respondeu, levanta-me algumas questões. V.Sa. considera arriscada a decisão de os fundos de previdência investirem na Sete Brasil no momento em que se desenhou isso, participou desse desenho? Esse tipo de investimento, dentro daquilo que V.Sa. tem experiência, que é exatamente na área financeira, na área de formatar projetos, enquadrava-se no padrão de governança, que oferecia segurança para isso? Afinal de contas, nossa preocupação é exatamente essa. A CPI dos Fundos de Pensão tem uma preocupação muito grande em descobrir, como o fundo POSTALIS, nós já descobrimos aqui — descobrimos, não, constatamos, nós não descobrimos nada — que a gestão foi calamitosa. A pergunta é: os fundos de pensão que ajudaram a montar isso seguiram as regras de governança deles?



Outra questão — eu não sei se V.Sa. já respondeu porque fiquei uns 15 minutos fora: as razões que levaram esses investimentos a não performarem da maneira esperada. Não sei se na introdução de V.Sa. foi colocado isso. Nós vemos na imprensa o desenho que foi feito do interesse da PETROBRAS exatamente por que não deu certo.

V.Sa. colocou aqui na sua intervenção alguns “se”: se for utilizado 95%; se foram contratadas; se é viável. No cenário em que se encontra hoje, pelo que V.Sa. acompanha pela imprensa, é possível se recuperar isso, ou podemos considerar, no cenário que se apresenta, que a PETROBRAS tentou fazer um acordo e não conseguiu, não conseguiu botar de pé de novo o negócio? Os investimentos são perdidos? Essa é uma grande preocupação hoje de quem depende de fundo de pensão.

E, finalmente, a última questão: V.Sa. tinha relação com o tesoureiro do PT João Vaccari?

É só isso, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Com a palavra o Sr. João Carlos Ferraz.

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Obrigado. Bom, o investimento era arriscado? Sim. Sim, o investimento tinha risco. A remuneração, no entanto, era proporcional ao risco oferecido ou percebido. Nós tomamos um cuidado bastante grande na idealização do projeto. Não foi um projeto que foi desenhado em uma semana, em um mês. Levou quase dois anos, mais de um ano e meio, com certeza, para ele ser desenhado, ele ser estruturado em todos os seus detalhes. A cada grande risco que nós nos deparávamos, nós buscávamos soluções para esses riscos. A grande — e aí uma falha minha, Deputado, me perdoe, eu esqueci de mencionar isso na minha intervenção inicial — contribuição, a grande sacada da Sete Brasil que ela oferecia para o mercado era o portfólio. Na verdade, o que parece ser um risco muito grande — a Sete Brasil tem uma frota enorme de sondas — é a grande solução da Sete Brasil, a grande solução do negócio. Sonda é, por si só, uma atividade arriscada. Uma sonda, como eu falei, diferente de uma plataforma de produção, que fica estacionada no mesmo local por 30, 40, 50 anos, produzindo num posto que já está perfurado ou em vários postos que já estão perfurados, uma



sonda de perfuração é uma atividade bastante agressiva, bastante intensa. Os contratantes das sondas de perfuração, que são as empresas de petróleo, só pagam por dia de operação. Se a sonda estiver operando, ela recebe; se a sonda não estiver operando, ela não recebe nada, não recebe nada, zero. Então, o risco muito grande numa atividade de perfuração é ela não performar. O índice de *performance* para esse tipo de equipamento varia entre 92 e 96%. Os melhores do mundo chegam a 98%, mas a média está entre 92 e 96%. Então, significa que, na média, em 8% do tempo, a sonda vai ficar inoperante; 8% da geração de caixa não vai existir. Então, isso para uma sonda é bastante arriscado. Mas quando se tem uma frota muito grande, dilui-se esse risco, o que mercado chama de portfólio. Então, quanto maior o portfólio, menor a exposição a esse risco. É esperado que uma sonda pare por 1 mês, por 2 meses, porque está faltando uma peça importada e essa peça precisa ser importada? É possível, mas isso não vai acontecer com todas as 28 sondas ao mesmo tempo; no início, com todas as 7 sondas ao mesmo tempo. Então, a grande vantagem que a Sete Brasil ofereceu para o mercado, não só para os fundos de pensão, mas para todos os investidores e também para os financiadores: os financiadores tomam o risco de crédito da Sete Brasil. Se a Sete Brasil não gerar caixa, ela não tem dinheiro para pagar os financiamentos. Então, os bancos, da mesma forma que os investidores de capital, tomam o risco do negócio, tomam o risco da performance do negócio. Então, para esses investidores e para esses bancos, o que nós oferecemos, para o mercado, foi a capacidade de eles estarem investindo ou estarem financiando não uma, duas ou três sondas, mas um portfólio bastante grande de sondas. As sondas vão parar, algumas sondas vão parar, duas, três vão parar, mas as outras 25 vão estar operando. Então, uma sonda vai fazer uma manutenção e, de repente, tem que ir para um estaleiro e ficar 6 meses fazendo revisão, pintura do casco, revisão geral do equipamento. Durante 6 meses, aquela sonda não opera, mas não tem importância, porque as outras 27 sondas vão estar operando. Então, o negócio que nós oferecemos, a grande formatação que nós oferecemos para o mercado foi o portfólio. Então, o negócio era arriscado, mas a remuneração que nós idealizávamos, e que a gente mostrou para o mercado como um todo era de um retorno de IPCA mais 15%, que é o dobro ou mais do que o dobro da taxa atuarial dos fundos de pensão. Acho que foi... Um



projeto que tem um contrato de longo prazo, tem uma boa remuneração, uma perspectiva de uma boa remuneração, tem um portfólio, que reduz o risco de uma unidade não operar, e tem como risco de crédito a PETROBRAS, parece-me que é um projeto, é um negócio que não é tão difícil assim de se vender. E a gente realmente se deparou com isso. A gente, na venda do projeto, não só para os fundos de pensão, mas para outros investidores, teve uma receptividade bastante grande. Mas o negócio, sim, é arriscado. Mesmo com o fundo garantidor da construção naval, um estaleiro quebrando significa que aquela sonda não vai ser entregue. E o fundo garantidor da construção naval, apesar de ser muito bom, cobre 50% do risco. Já é alguma coisa. Mas foi o que a gente conseguiu idealizar, na época, nas negociações com o Governo. Então, o negócio era arriscado, sim, mas me parece, a meu ver, que a remuneração, a perspectiva de remuneração suportava adequadamente, proporcionalmente os riscos percebidos. O negócio era... O risco era típico? Sim. As sondas não são só construídas no Brasil. Elas são construídas na China, são construídas principalmente na Coreia do Sul, que é o grande mercado construtor de sondas no mundo — é Coreia do Sul e China; Cingapura, um pouco. Essas sondas que estão sendo construídas nesses países também têm os riscos inerentes delas, os riscos do mercado. Quando elas ficam prontas, vão ser operadas, também têm esse risco, o risco de não operarem, o risco de *performance*, o risco de ficarem paradas. Então, essas sondas são financiadas pelo mercado em geral. O mercado de capitais nos Estados Unidos, principalmente, adora esse tipo de negócio. Ele gosta muito dessa perspectiva de financiar sonda de perfuração, apesar dos riscos envolvidos. Governança. A governança da Sete Brasil era muito restrita. Eu, como Diretor-Presidente, tinha muito pouco poder decisório, praticamente nenhum. A grande preocupação na época, principalmente de alguns fundos de pensão, que demonstraram isso de uma forma bastante forte, era de não dar liberdade à empresa, que era uma empresa ainda... *startup*, ainda em formação, ainda com ativos a serem construídos... ainda gerar caixa. A nossa perspectiva era que cada sonda fosse construída em 4 anos. Então, a partir da entrada dos fundos, em 2011, a primeira sonda só ia ser entregue em meados de 2015. Então, um tempo bastante longo até a geração de caixa. Então, a governança era bastante rigorosa. Os quóruns decisórios eram bastante restritivos. Em algumas matérias precisava-se



de supermaioria para decidir. Praticamente, essa supermaioria levava à unanimidade, porque, se um dos acionistas não quisesse, para esse tipo de matéria, o assunto não era aprovado. Por que não performaram, Deputado? Acho que é uma ótima pergunta. A expectativa nossa... Para que esse projeto pudesse ser viabilizado, pudesse dar certo, as sondas tinham que ser construídas dentro dos prazos previstos, mas com uma perspectiva. Nós sabíamos que as primeiras sondas... Como esses estaleiros brasileiros, alguns iam ainda contar com investidor, com empresas, com estaleiros estrangeiros que viriam a ser sócios dos estaleiros brasileiros, outros estaleiros ainda seriam construídos, que é o caso do Jurong, por exemplo, que iria construir o seu estaleiro aqui no Brasil. Essas empresas tinham ainda que trazer a tecnologia, o *know-how* construtivo, transferir esse *know-how* para o mercado brasileiro, para os trabalhadores brasileiros. Então, sabíamos que as primeiras sondas teriam muito mais dificuldade de serem construídas do que as últimas. Este foi outro elemento colocado dentro projeto: foi a repetitividade. Cada estaleiro recebeu uma encomenda que variava entre cinco, seis, sete sondas. Então, a primeira sonda ele ia fazer com muita dificuldade, a segunda sonda ele ia fazer com um pouquinho menos dificuldade, e a terceira em diante ele já poderia fazer aplicando o conhecimento que adquiriu nas primeiras sondas. Ele poderia construir essas sondas com um risco menor, com menos atraso. Então, dentro do nosso modelo — e esse modelo, aquele IPCA mais 15% já contempla isso na média —, nós sabíamos que as primeiras sondas iriam demorar mais para serem construídas, mas que as últimas sondas poderiam ser entregues dentro do prazo. Isso tudo estava modelado, estava concebido. E por que não performou? Dentro da nossa estratégia, nós iríamos construir as primeiras sondas com recursos próprios e com financiamento de curto prazo, até que nós conseguíssemos negociar e firmar os contratos de financiamento de longo prazo com as grandes instituições brasileiras e estrangeiras. Isso é muito demorado, porque você tem que dar uma série de garantias e atender a uma série de exigências nesses financiamentos de longo prazo. Estamos falando de financiamentos que variavam de 12 até 15 anos de prazo de repagamento. Essa era a grande estratégia nossa. Então, 20% dos recursos necessários para investimento viriam de capital próprio e 80% viriam dessas fontes de financiamento de longo prazo. Mas essas fontes de financiamento de longo prazo



só iriam ser firmadas talvez 3, 4 anos depois. E nós não poderíamos ficar parados com a construção das sondas, esperando celebrarmos estes contratos de financiamento de longo prazo. Então, a estratégia que foi discutida, que foi aprovada, dentro do ambiente de governança da Sete Brasil, foi: “*Vamos iniciar com recursos próprios e com financiamentos de curto prazo. Assim que os financiamentos de longo prazo forem celebrados, a gente repaga os financiamentos de curto prazo e seguimos com a vida adiante*”. Então, essa era a estratégia original. Quando eu saí, em maio de 2013, da Sete Brasil, a gente já estava praticamente com todas as minutas de contratos de financiamento de longo prazo fechadas, negociadas. Com o BNDES, por exemplo, eram, se não me engano, 23 instrumentos dentro do contrato de financiamento, eram 23 contratos, subcontratos. Desses 23 contratos, a gente já estava, praticamente, com 21 com as minutas celebradas. Alguma coisa deve ter acontecido. Eu não sei. Eu sei que as pessoas que me sucederam são profissionais extremamente qualificados. Conheço alguns deles. Alguma coisa deve ter acontecido que mudou essa estratégia. A estratégia era acelerarmos a celebração dos contratos de financiamento de longo prazo, para que a gente pudesse, de uma vez por todas, tê-los a bordo, ter esses bancos, esses financiadores de longo prazo a bordo, e não nos preocupássemos mais com recursos financeiros. Então, com recursos financeiros, com os contratos fechados, com as obras em andamento, era só uma questão das sondas ficarem prontas, começarem a ser operadas e começar a geração de caixa. Mas eu não posso responder pela gestão que me sucedeu. Reafirmo que conheço algumas das pessoas que me sucederam, que sucederam a Diretoria original, e sei que são extremamente competentes. São pessoas, são profissionais muito bem qualificados. Eles devem ter encontrado alguma dificuldade que eu não posso afirmar quais são, mas, por conta dessas dificuldades, provavelmente, houve alguma alteração dos rumos da estratégia originalmente estabelecida.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - De forma bem objetiva, queira concluir as respostas, doutor.

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Faltam duas perguntas. Eu vou procurar ser bem objetivo, Excelência.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Obrigado.



**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Os investimentos estão perdidos? Como eu disse, Deputado, se eles forem realizados hoje, estão perdidos, porque não existe sonda para ser operada; não existindo sonda para ser operada, não existe geração de caixa e não tem como gerar dividendos. Sim, Deputado, pré-sal existe. A Sete Brasil tem 28 sondas, sob contrato da PETROBRAS. Desculpa, Deputado, só para responder ali. A Sete Brasil tem 28 contratos com a PETROBRAS. Só que a PETROBRAS tem, sob contrato, em operação hoje, mais de 40 contratos de sonda. Ou seja, mesmo que o pré-sal não exija imediatamente as sondas da Sete Brasil, as sondas da Sete Brasil que foram construídas, que estão construídas no Brasil, podem substituir sondas existentes que já são bastante antigas, que estão sob contrato da PETROBRAS.

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - Sr. Presidente, só pela oportunidade: essas sondas são importadas? Não são sondas nacionais?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Todas as sondas, hoje, operando para a PETROBRAS são sondas construídas no exterior.

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - Quais são os preços com relação a essa questão da produção da Sete Brasil? Eu não vou entrar no mérito das questões de absorção de tecnologia nova, estou só falando do preço.

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Todas as sondas que nós fechamos, que a Sete Brasil — nós, não, desculpa —, que a Sete Brasil fechou com a PETROBRAS foram a preço de mercado internacional. E cito números para o senhor, Deputado. O primeiro contrato que nós fechamos com a PETROBRAS, a taxa diária que foi fechada foi de 458 mil dólares por dia. Quer dizer, a PETROBRAS pagará, quando essa sonda estiver pronta, 458 mil dólares por dia. E, na época... Sonda é uma *commodity*, o preço varia conforme o mercado. Na época, o preço internacional para esse tipo de sonda variava de 440 a 475 mil dólares por dia. Sondas construídas no exterior, operando no Brasil, a taxa diária que a PETROBRAS pagaria, se contratasse essas sondas na época, era de 440 a 475 mil dólares. As sondas que a Sete Brasil firmou com a PETROBRAS, as primeiras sete, foram de 458 mil dólares por dia, portanto, absolutamente dentro do preço de mercado. Qual é a mágica? A mágica está na... Sonda, para ser construída no Brasil, é mais cara, porque é pioneirismo. A sonda construída na Coreia leva 2 anos



para ser construída. No Brasil, leva 4 anos. Então, custo de construção está diretamente relacionado ao tempo de ser construído. Então, quanto mais tempo leva para construir, mais caro fica. Então, um estaleiro que tem produtividade, como o estaleiro coreano tem, que o brasileiro não tem ainda, vai certamente ter um custo menor do que o custo no Brasil. Então, a Sete Brasil acabou pagando mais caro, a Sete Brasil e os seus sócios operadores, porque os estaleiros não foram contratados só pela Sete Brasil; foram contratados pela Sete Brasil em parceria com seus sócios operadores. Então, os estaleiros que foram contratados pela Sete Brasil e sócios operadores, no Brasil, o custo de construção foi mais caro, mas o preço oferecido pela PETROBRAS foi absolutamente dentro do preço de mercado. E qual é a mágica? É a longevidade do financiamento e as condições de financiamento. Basicamente, são essas as...

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - Era mais a título de informação do que para discussão. Era só uma informação. Eu, particularmente, discordo, mas tudo bem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Está certo. Vamos concluir. Vamos votar. Já encerrou, vamos concluir as perguntas.

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Os investimentos estão perdidos? Se forem realizados hoje, sim, Deputado, estão perdidos. Mas se for mantida a questão do portfólio... Não adianta também deixar a Sete Brasil com o mínimo de sondas, porque aí aquele risco que eu falei, relacionado a portfólio, ele vai estar muito forte. Então, o negócio da Sete Brasil, o risco para os investidores da Sete Brasil, para os fundos de pensão, para os outros acionistas, para os mutuários dos fundos de pensão, o risco vai ser tanto maior quanto menos sondas existirem sob contrato na Sete Brasil, na minha opinião. Então, se forem mantidos os contratos, se essas sondas continuarem a ser construídas, mesmo tendo saído da empresa, eu sei que pelo menos dois dos estaleiros continuam construindo, construindo com planos de construção, mesmo não recebendo os pagamentos da Sete Brasil. Então, essas sondas ainda estão em processo de construção. Então, essas sondas eventualmente serão entregues, serão operadas, e eu acho, a minha percepção é que a Sete Brasil ainda pode ser viável. Quanto a João Vaccari, eu vou



me reservar o direito de permanecer em silêncio a respeito dessa pergunta, Deputado. Sinto muito.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Muito bem.

Concedo a palavra ao Deputado Raul Jungmann.

**O SR. DEPUTADO RAUL JUNGMAN** - Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. João Carlos, o senhor por diversas vezes aqui repetiu que não foi demitido e que, na verdade, foi exercido um direito pelos investidores, em razão do contrato, enfim, em razão da constituição da Sete Brasil. O senhor poderia nos dizer qual a causa de os investidores não darem continuidade ao seu mandato, à sua presidência, haja vista que a exposição que o senhor fez aqui é que, durante o seu mandato, as coisas tinham um bom encaminhamento?

Então, essa é a primeira pergunta. Eu queria que o senhor me dissesse por que os investidores não o reconduziram. Peço que, se possível, o senhor anote, porque eu tenho que fazer todas as perguntas na base de um lava-jato, com o perdão do trocadilho.

O BNDES chegou a aportar, durante a sua gestão, os financiamentos previstos? E, se não o fez, por que o fez?

Terceira questão: qual o futuro da Sete Brasil? Hoje, lendo e analisando a situação da Sete Brasil, resta evidente que hoje a Sete Brasil está vivendo de empréstimos-ponte. Evidentemente, houve o envolvimento da empresa na Lava-Jato e também o fato de que o barril de petróleo, que inicialmente se encontrava acima de 100 dólares, hoje caiu para alguma coisa perto da metade. E parece-me que, no plano de negócio da Sete Brasil, isso não foi considerado, tampouco a concorrência que hoje existe do chamado *shale gas*, que é extraído principalmente, mas não apenas dos Estados Unidos.

A capacidade, digamos assim, de retorno sobre o capital investido fica, no caso do pré-sal, bastante difícil. Então, qual é o futuro desta empresa, que eu pessoalmente não vejo? Não é que deseje, quero deixar bem claro, mas eu não vejo futuro e gostaria que o senhor, tendo exercido a presidência durante esse tempo, nos dissesse de onde virá esse demiurgo, essa mão salvadora que vai conseguir tirar a Sete Brasil, na conjuntura que estamos vivendo hoje, de ajuste fiscal, de retração de mercado, de fechamento de possibilidade e de oportunidade de crédito,



enfim, de onde viria ou de onde poderá vir alguma alternativa. E, em não havendo alternativa, o que vai acontecer com os 3 bilhões que foram investidos dos beneficiários e dos patrocinadores do fundo de pensão? O que vai acontecer?

Eu também queria saber se o senhor conhece e tem relação, por *e-mail*, telefone, como quer que seja, com o atual Ministro Berzoini. O senhor o conhece? Eu também gostaria de saber isso.

Por último, Sr. Presidente, desde já, eu gostaria de assegurar o requerimento do Sr. João Carlos Ferraz, porque, tendo em vista o *habeas corpus*, e me parece que ele se encontra negociando uma delação premiada não homologada, e que esse seria sobretudo o principal motivo de ele aqui permanecer em silêncio por uma série de questões, eu gostaria que V.Exa., desde já, provesse o requerimento, após, se for o caso, a delação dele vir a ser homologada, porque acredito que ficamos frustrados quanto às principais informações que gostaríamos de ter aqui. A exemplo de V.Exa., eu acredito que esta CPI se sente frustrada e tem o direito de reinquirir o Sr. João Carlos Ferraz no momento em que ele, efetivamente, puder nos dar as informações, que são muitas, as quais nós não pudemos ter durante esta audiência.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Eu agradeço, Deputado Jungmann. De acordo com V.Exa., está clara a frustração por não podermos avançar no campo de investigação que desejávamos.

Uma eventual nova inquirição do Sr. João Carlos Ferraz, isso ele não pode nem vai admitir aqui. Mas, supondo que possa haver qualquer eventual negociação de delação premiada, com fatos novos que venham à tona, seja pela delação do inquirido agora, seja por várias outras que estamos na expectativa de que saiam, a do Cerveró, a do Baiano, a do Mozart também — o Mozart participou da Sete Brasil —, ou seja, para quaisquer fatos novos que possam surgir, logicamente, esta CPI, não é favor nenhum, tem o dever e tem a obrigação de chamá-los para que esses fatos sejam esclarecidos.

Ficou alguma pergunta para o depoente responder?

**O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN** - Ele ficou de responder e ainda não respondeu.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Então, com a palavra o Sr. João Carlos Ferraz.



**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Obrigado. Deputado, por que não fui reconduzido? É... Eu vou responder rapidamente, mas não vou responder integralmente. Peço perdão ao Deputado. Por uma questão de estratégia de defesa, a Sete Brasil, ela é... Existe hoje — é público isso —, existe uma discussão na Justiça Civil entre a Sete Brasil e eu, e essa questão, justamente, é o cerne da estratégia de defesa. Então, eu não vou poder responder integralmente. Mas eu diria para o senhor, superficialmente, que a aprovação, de acordo com o quórum de decisão da empresa, a aprovação de qualquer nome para ser presidente da Sete Brasil exige um quórum mínimo de 65%. Alguns dos acionistas quiseram, queriam que eu fosse reconduzido, mas não tinham o peso dessa proporcionalidade de votos. Em termos de número de acionistas, sim, mas se fosse somado à representatividade de votos desses acionistas, eu não consegui ser reconduzido.

**O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN** - Desculpe, o senhor não esclareceu nenhum motivo. O senhor não pode esclarecer ou o senhor não quer esclarecer?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Não, eu não posso esclarecer.

**O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN** - Tudo bem.

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Com relação ao BNDES. O BNDES não aportou nenhum recurso durante o período que eu estava lá. Ele estava... Nós estávamos negociando, chegamos a negociar com o BNDES, num dado momento, um financiamento de curto prazo. Não foi fechado com o BNDES porque as condições de financiamento do BNDES eram muito caras, ou seja, o financiamento de curto prazo do BNDES era mais caro do que outras linhas de financiamento que nós tínhamos disponíveis.

**O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN** - Era mais caro do que os empréstimos-ponte, hoje, que a Sete Brasil está buscando no mercado?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Sim.

**O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN** - O BNDES é mais caro?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Na época, sim; não sei hoje.

**O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN** - Com o mesmo custo de mercado?



**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Sim, o financiamento de... de curto prazo é... Não, não consigo responder a isso, Deputado, o porquê, mas o fato é: no financiamento de longo prazo, o BNDES tinha condições bastante atrativas, se comparadas com financiamentos de longo prazo do mercado.

**O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN** - E por que este de longo prazo? Voltando ao tempo, por que, neste de longo prazo, não chegou a ocorrer nenhuma liberação, se os senhores desde 2010, aproximadamente...

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Não, não, 2010, não! A gente começou a negociar com o BNDES...

**O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN** - Hum.

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - ...só no final, começamos no final de 2011. A Sete Brasil, ela foi constituída em dezembro de 2010 e só em maio de 2011 é que a Sete Brasil começou a operar, de fato, com a entrada dos acionistas.

**O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN** - Tudo bem. Mas é fato que até hoje, em 2015, essa liberação não aconteceu. O senhor sabe por quê?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - A expectativa nossa, no nosso planejamento, é que isso ia levar de 2 anos e meio a 3 anos, que é o normal. Nesse tipo de financiamento de longo prazo, é usual se demorar tanto para se fechar todas as condições, os contratos, as garantias, até que a liberação seja feita. Normalmente, são 2 anos e meio a 3 anos, e o nosso planejamento previa isso. Então, a nossa expectativa é que no final de 2014, até o final de 2014, nós teríamos o financiamento liberado. Eu saí em maio de 2014 e, como eu disse, 90% dos instrumentos já estavam concluídos, já estavam firmados entre as partes. Não é só o BNDES; na verdade, é um *pool* de bancos liderados pelo BNDES. Então, a gente tinha ali banco norueguês, banco inglês, instituição de fomento da Inglaterra. Então, todos eles estavam dividindo os mesmos riscos, as mesmas condições, os mesmos custos, e tudo ia ser assinado em conjunto. Então, é uma série de contratos, advogados brasileiros, americanos, ingleses, noruegueses. Então, é complexo o negócio; realmente é complexo. Por conta dessa complexidade é que, no nosso planejamento, previa-se que nos primeiros anos nós iríamos sobreviver com os recursos de curto prazo do mercado. O BNDES nunca chegou a aportar, e a



expectativa nossa é de que ele viesse a aportar até o final de 2014. Algo aconteceu, quando eu saí, ou desde que eu saí, que esses contratos que já estavam praticamente finalizados acabaram não sendo assinados. Não posso afirmar o que aconteceu, porque isso foi posterior à minha saída. Qual é o futuro da Sete Brasil? Sinceramente, Deputado, sinceramente, eu acho que, se forem mantidos os contratos ou um grande número de contratos, a partir das sondas entregues e operando, eu acho que ela pode vir, sim, a se tornar uma empresa lucrativa, talvez, devido a todos esses atrasos, a todas essas dificuldades, não com a mesma rentabilidade prevista originalmente.

**O SR. DEPUTADO RAUL JUNGMANN** - O senhor confirma que a PETROBRAS cancelou 13 contratos de sondas?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERAZ** - O que saiu na imprensa, Deputado, e o que eu sei pela imprensa é que a PETROBRAS negociou com a Sete Brasil uma redução dos contratos. Dos 28, 12 ou 13 seriam cancelados; seriam mantidos 15 a 16 contratos, muito em função, Deputado, da incapacidade de dois dos estaleiros construírem as sondas, que são o Estaleiro do Rio Grande e o Estaleiro Atlântico Sul, que, também pela imprensa, pelo que eu li, teriam negociado com a Sete Brasil o distrato, ou seja, o rompimento da obrigação de construir. Então, de um lado, se o estaleiro deixa de construir, de ter obrigação de construir, a Sete Brasil precisa negociar com o seu cliente a obrigação de entregar. Então, pelo que eu li na imprensa, houve um acordo entre as partes para que a Sete Brasil, de um lado, liberasse esses dois estaleiros da sua obrigação de construir dez sondas e, de outro lado, também reduzisse a sua obrigação de operar essas dez sondas da Sete Brasil. As outras são do Estaleiro Paraguaçu, também o que eu sei pela imprensa. Mas o que eu sei é público, não é uma informação oficial, porque o que eu sei é pela imprensa. O plano de negócio da Sete Brasil. Deputado, a Sete Brasil é uma prestadora de serviço com um contrato com a PETROBRAS. No plano de negócios da Sete Brasil não se prevê preço de barril, porque a Sete Brasil não é uma operadora de petróleo. Operadora de petróleo que vai operar um campo, é óbvio que ela precisa avaliar qual é o preço, a expectativa do preço do barril, para ver se aquele barril que vai ser produzido ainda vai ser rentável. Uma prestadora de serviço como a Sete Brasil — e existem, como eu falei, 30 operadoras de sonda que têm



suas sondas próprias que operam para o mercado —, o que elas avaliam é a relação entre o preço do barril e o preço da taxa diária de aluguel da sonda. No caso da Sete Brasil, a gente não precisava ter isso no plano de negócio, porque nós já tínhamos, a Sete Brasil já tinha 28 contratos com a PETROBRAS firmes, fechados. Então, esses contratos já estavam fechados, e esses contratos, se performados, iriam gerar aquela rentabilidade que eu mencionei anteriormente.

**O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN** - E por que o seu sucessor, então, que recentemente está na empresa, afirmou que os cenários traçados inicialmente pela Sete Brasil teriam sido extremamente otimistas e que o acordo de acionistas com os sócios operadores teve condições desfavoráveis e a estrutura tributária foi subestimada?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Não sei dizer, Deputado, teria que perguntar a ele, porque na minha avaliação isso não ocorreu. A estrutura tributária que eu sei... A estrutura tributária que toda a indústria utiliza é o REPETRO. Se é isso que eu estou entendendo, é a estrutura do REPETRO. Toda a indústria de petróleo usa essa estrutura. A Sete Brasil usava também. A PETROBRAS usa. Toda a indústria de petróleo usa a estrutura tributária do REPETRO. Os cenários que foram traçados foram cenários usualmente adotados pela indústria, no Brasil e no exterior. Os financiadores... A gente tinha dois financiadores, daqueles que eu falei que estavam no *pool* do BNDES, um financiador norueguês e um inglês, que são financiadores tradicionais desse tipo de ativo no mundo inteiro, seja construído onde for. São financiadores usuais da indústria. Eles avaliaram nossos cenários e acharam os cenários bastante pertinentes. Então, eu não sei a que o Presidente da Sete Brasil se refere. O que vai acontecer...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Está caminhando para a conclusão, Dr. João Carlos?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Sim, por favor.

**O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN** - Permita-me só fazer um adendo. No caso, voltando à questão da descontinuidade, da sua não recondução, como se portaram os representantes dos fundos de pensão? Eles foram favoráveis ou contrários à sua recondução?



**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Como eu falei, Deputado, eu gostaria que o senhor entendesse que isso faz parte da minha estratégia de defesa e eu não vou poder... não vou poder responder a isso no momento.

**O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN** - Não pode sequer responder como os fundos de pensão se posicionaram?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - É. Faz parte da minha estratégia de defesa, Deputado. Eu gostaria que o senhor entendesse. Infelizmente, eu não vou poder responder a essa pergunta.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Há uma presunção? Este diálogo aqui é entre mim e o Deputado Jungsmann.

**O SR. DEPUTADO PAULO AZI** - Há uma ata.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Há um ata. Podemos recolhê-la. Essa foi uma boa lembrança do Deputado Paulo Azi. Vamos solicitá-la. Mas também há uma presunção de que — esta é uma dedução da Presidência, diante da intervenção do Deputado Jungsmann — a relação com os fundos de pensão começa realmente a apresentar problemas, a partir do momento em que a forma como eles haveriam se portado começa a entrar na seara em que o inquirido opta por se manter em silêncio quanto a essa estratégia.

Com a palavra o Sr. João Carlos de Medeiros Ferraz.

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - A última pergunta: eu não conheço o Sr. Berzoini.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Agradeço.

**O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN** - Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Só há mais dois inscritos: o Deputado Samuel Moreira e, na sequência, o Deputado Paulo Azi. Por último, o Presidente fará alguns questionamentos remanescentes.

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu queria só entender melhor, no início, a ideia da Sete Brasil. Como ela surgiu? Quem teve essa ideia? Foi uma só pessoa? Às vezes, atribuem até ao senhor o papel do idealizador. Quem iniciou essa discussão? O senhor pode dizer quem teve essa ideia de criar a Sete Brasil?



**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Não existiu uma pessoa, exatamente. Existiu um grupo de profissionais da PETROBRAS, assessorados por um banco contratado, por um consultor, que, juntos, procuraram mapear quais eram as principais dificuldades para que a construção de sondas no Brasil, sem que a PETROBRAS assumisse riscos nessa construção, fosse possível de ser implementada. Então, não existiu uma pessoa. Eu era o líder do grupo. Eu era o líder...

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - Mas vamos só fazer um pingue-pongue aqui, para não nos estendermos muito e otimizarmos nosso tempo.

Então, havia um grupo. O senhor se lembra quais eram as outras pessoas além do senhor?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Eram técnicos da PETROBRAS, que respondiam a mim. Eu era o responsável.

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - O Barusco, por exemplo?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Não. Não. Tudo isso nasceu dentro da área financeira da PETROBRAS, Deputado. O Barusco não fazia parte desse grupo.

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - Agora, era uma concepção mais ideológica ou ela acreditava que o mercado pudesse ser bom se houvesse mais concorrência e competitividade para preços e qualidade na PETROBRAS, ou era uma política ideológica de se criar algo estatizante, uma nova estatal? Qual era a ideia?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Não era para funcionar como uma estatal. Desde o primeiro momento, foi idealizado se ter uma empresa privada. A PETROBRAS... Inclusive, na primeira idealização, a PETROBRAS não iria participar da empresa. Só surgiu depois, por uma necessidade comercial com os próprios investidores com quem a gente vinha conversando, que sentiram a necessidade de ter alguém como a PETROBRAS como sócio deles no negócio, com uma participação simbólica, de 5% a 10%, uma participação minoritária, nunca com o poder decisório, nunca com o poder de veto.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Tinha alguma ideia de depender quase que exclusivamente da PETROBRAS?



**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Não. Na verdade, a estratégia da empresa, enquanto empresa Sete Brasil, sempre viu a PETROBRAS como um risco. A nossa intenção sempre foi a de diversificar. A gente não queria ter a PETROBRAS como única cliente. Nós queríamos buscar outros clientes para desenvolver o negócio. Chegamos até a discutir com algumas operadoras de petróleo.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Conseguiram fazer algum contrato com outra, além da PETROBRAS, com alguém?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Não.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Mas eu fico imaginando essa ideia. É uma ideia... Eu não consigo ver uma viabilidade, principalmente para a PETROBRAS, que é muito melhor, está no mercado. E para o Brasil busca-se tecnologia de outra forma. Eu não consigo compreender a criação dessa empresa, porque, se for para ficar mamando na PETROBRAS... Hoje a PETROBRAS é que tem... Hoje ela depende praticamente de contratos com a PETROBRAS.

Inclusive todo o acordo que está sendo feito, está sendo feito um acordo com a PETROBRAS. Quer dizer, a PETROBRAS é que tem que bancar para ela sobreviver. E a PETROBRAS é uma estatal! No fundo, é nossa do mesmo jeito. Nós vamos ter de pagar isso. Mas que ideia! Não consigo compreender, sinceramente! E mais: o senhor disse inicialmente que envolveram, primeiro, um fundo de pensão, que é a PETROS. Ela é que alavancou as outras e que passou a dar credibilidade para as outras entrarem no negócio.

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Deputado, desculpe-me, não falei isso. Falei o seguinte: através do contato com a PETROS, nós conseguimos abrir canal de comunicação com outros fundos de pensão.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Exato. Foi isso o que eu quis dizer. Nós estamos dizendo a mesma coisa.

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Ah, então está bom.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Havia uma estratégia de se ter um fundo de pensão para ir buscar outros fundos de pensão. Na verdade, a patrocinadora participa também, que é a própria PETROBRAS, ou seja, tudo dentro do mesmo círculo. Eu queria tentar entender. Agora, isso tudo foi idealizado e



iniciado por técnicos da PETROBRAS, querendo criar uma empresa. Não havia uma estratégia além da PETROBRAS? O Presidente da PETROBRAS participava disso?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Não.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Não sabia disso?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Sabia. Deputado, a questão foi a seguinte: a minha área dentro da PETROBRAS é uma área de estruturação de projetos, a partir da decisão da Diretoria da PETROBRAS. Eu não formulo a estratégia da PETROBRAS. Nunca formulei nem nunca quis formular. A partir de uma decisão da Diretoria da PETROBRAS, chegou à minha área a necessidade de estudar formas de viabilizar um projeto. Foi isso o que nós fizemos dentro dessa área.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Então, veio um conceito da Direção da PETROBRAS no sentido de criar algo independente da PETROBRAS, mas que dependesse da PETROBRAS?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Não. Na verdade, isso saiu de dentro do meu grupo.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - O seu grupo era um grupo informal ou era um grupo que tinha uma...

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Não, era um grupo estruturado. Eu era gerente desse grupo.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Dentro da PETROBRAS. Isso não passou por instâncias superiores?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Claro que sim.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Teve aprovação a criação da Sete Brasil?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Claro que sim.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - A criação. Não estou falando só aporte.

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Claro!

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Da Diretoria. Quem era o Presidente à época?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - O José Sérgio Gabrielli.



Deputado, só esclarecendo um pouquinho melhor.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Ele tinha conhecimento de toda a criação da Sete Brasil?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Toda a Diretora, inclusive ele, tinha conhecimento.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Era uma coisa de que ele também participava. Era bom criar a Sete Brasil!

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Sim, a Diretoria da PETROBRAS como um todo, unanimemente, aprovou.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Você acha que o Conselho da PETROBRAS também?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Eu não tenho dúvida, porque foi apresentado ao Conselho.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Quem era o Presidente do Conselho?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - No início, era a Presidente Dilma e, na fase final, era o Ministro Mantega.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - A Presidente Dilma tinha pleno conhecimento e também estimulava essa ideia?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Eu não sei se ela estimulava, porque não participei das reuniões de Conselho, Deputado. Eu sei que o Conselho aprovou a criação da Sete Brasil. Como eu estava dizendo, Deputado, a decisão não era criar a Sete Brasil. A decisão da Diretoria era verificar quais eram as possibilidades de se viabilizar a construção de sondas no Brasil. Eu não entrei no mérito para ver se isso era ideológico ou não era ideológico, se isso era bom ou não era bom. O que eu e o meu grupo fizemos, juntos com o consultor contratado, foi identificar quais eram as principais dificuldades, quais eram as soluções e alternativas possíveis para que o mercado — não a PETROBRAS — viabilizasse a construção dessas sondas. Então, o que foi feito foi uma busca por recursos; não foi uma questão política de trazer o fundo de pensão. O fundo de pensão tinha os recursos, da mesma forma que outras instituições, e nós fomos a todas as instituições para vender o projeto.



**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - Hoje nós podemos dizer claramente que a Sete Brasil foi idealizada, criada, sustentada, do ponto de vista das convicções, pelos Diretores e pelo Conselho da PETROBRAS?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Sim, em última análise...

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - Em última análise, sim?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Em última análise, sim.

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - Hoje, nós sabemos os prejuízos que envolvem a Sete Brasil e a dependência dela, única e exclusivamente — com preços, inclusive, que eu acho que serão mais caros do que o mercado —, da PETROBRAS. Hoje, ela depende, para fazer a renegociação, seus contratos, totalmente do Estado, que é uma estatal.

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - O único cliente da Sete Brasil é a PETROBRAS.

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - É uma ideia, com todo o respeito... Eu ia falar um termo aqui bastante chulo, mas eu vou me conter. Que ideia lamentável! E ainda eu vejo gente que acha que a Sete Brasil tem que se sustentar mesmo na PETROBRAS, arrancar da PETROBRAS pedaços para poder sobreviver. Um péssimo negócio, mal idealizado! Quer dizer, uma irresponsabilidade! Não se sabia o que ia dar. É uma vergonha! (*Palmas.*)

A criação da Sete Brasil é o exemplo de uma postura ideológica de governo, da qual a Presidenta Dilma tem responsabilidades diretas por todos esses prejuízos. Eu lamento profundamente!

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - É só uma coisa aqui... Algum agente do mercado financeiro teve papel...

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Eu não estou escutando. Desculpe.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - É só para contribuir. É uma pergunta para contribuir?

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Algum agente do mercado financeiro teve um papel central — BTG, Bradesco — na estruturação do arranjo societário?



**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Não. Só complementando, o consultor que a PETROBRAS contratou foi o Santander. Mas trabalhou como consultor...

*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Não, não foi.

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - As notícias que nós temos: só para fornecedores a dívida é de 14 bilhões da Sete Brasil. São 14 bilhões só para fornecedores, fora os prejuízos com os ativos.

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Deputado, só um aparte. Qualquer que fosse o valor, nessa fase de investimento, as obrigações a pagar da Sete Brasil seriam elevadas, porque a Sete Brasil, ainda nesta fase, neste momento, não estaria gerando caixa.

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - Mas a sua própria...

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Estava dentro do planejamento, Deputado.

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - Com a sua própria desvalorização, agora tem toda a dificuldade e tem que se apegar na PETROBRAS.

Mas eu queria só saber o seguinte: o senhor conhece Humberto Pires Gault?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Desculpe.

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - O senhor conhece Humberto Pires Gault?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Sim.

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - Tem relacionamento com ele?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Eu o conheci na FUNCEF.

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - Tem algum tipo de amizade com ele, alguma coisa? Não? Encontros vários?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Nós nos encontramos algumas vezes no jogo do Flamengo, porque ele é flamenguista e eu também.

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - Uma relação também, então, ...

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Esportiva.

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - ...fora do trabalho?



**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Sim. Estive com ele umas três ou quatro vezes no Maracanã.

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - Mas tinha outros tipos de relacionamento fora do Maracanã?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Não.

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - Nunca o encontrou? Nunca falou com ele fora do Maracanã?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Sim, ele esteve no casamento da minha filha.

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - Tinha mais algum tipo de relacionamento com ele?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Não.

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - Trabalho...?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Não, nenhum.

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - Outra pergunta: da FUNCEF o senhor conhece alguém ou conheceu alguém, diretores?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Conheci quando eu fui... Deputado, em todos esses fundos de pensão, por obrigação, eu conheço bastante gente, porque eles eram os acionistas da empresa que eu dirigia. Por obrigação funcional, eu precisava conhecê-los e estar com eles ocasionalmente. Então, o Humberto Gault foi, durante algum tempo, conselheiro da Sete Brasil. Então, eu, com o Humberto e com outros conselheiros, tinha uma relação bastante próxima profissional, não de amizade, mas profissional. E outros gerentes, diretores e presidentes dos fundos de pensão, dos bancos e de todas as empresas que eram investidoras, eu conhecia.

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - Com o Barusco o senhor tinha relacionamento constante.

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - O Barusco era Diretor da Sete Brasil.

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - O senhor já chegou a se reunir com o Barusco e com alguém de algum fundo de pensão?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Não.



**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - Com diretor, com ninguém de fundo de pensão?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Junto com o Barusco, nunca.

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - Por enquanto, é isso, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Com a palavra Deputada Erika Kokay.

**O SR. DEPUTADO PAULO AZI** - A Deputada não é a última?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Não, a Deputada estava ausente na hora, Deputado Paulo Azi, mas ela está na sua frente. Depois será V.Exa.

Com a palavra a Deputada Erika Kokay.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Se o Deputado quiser falar antes, não há problema.

Enfim, deixe-me tentar ver se eu entendo. Existe uma política de conteúdo nacional que foi largamente divulgada pelo Governo Federal, à época, o Governo Lula, que tinha alguns objetivos. E eu me lembro bastante disso, porque essa foi uma discussão muito publicizada, e publicizada inclusive durante o período eleitoral do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ele dizia da importância de nós termos uma tecnologia nacional, e daí a importância de desenvolvermos conteúdos nacionais, para nos apropriarmos da tecnologia e não ficarmos na dependência de empresas ou de outros países.

E também ele argumentava que isso aciona uma cadeia produtiva. Lembro bastante os estaleiros. Falava-se da necessidade de se construir estaleiros com tecnologia nacional para se gerar emprego. E durante muito tempo se disse quantos empregos haviam sido gerados aqui no País, em função desta política de conteúdo nacional. Então, eu consegui entender qual é a lógica que permeia a política de conteúdo nacional, uma lógica de apropriação de tecnologia para que nós rompamos com a condição de subserviência de outros países e, ao mesmo tempo, que possamos gerar empregos e desenvolver uma cadeia produtiva.

Ora, obviamente quando se tem uma política de conteúdo nacional, desenvolve-se a cadeia produtiva, o que faz com que nós acionemos o



desenvolvimento econômico. Isso foi bastante claro, foi bastante discutido com o conjunto da população, e, pelo resultado eleitoral, tanto em 2002 quanto em 2006, foi aceito também pela população aqui do Brasil, ao eleger Luiz Inácio Lula da Silva.

Portanto, eu consigo entender...

*(Manifestação na plateia.)*

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Sr. Presidente, eu queria assegurar a minha palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Solicito respeito à fala da Deputada.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Respeito sempre é bom e faz parte do processo democrático.

Então, vejam, eu consigo entender a política de conteúdo nacional e consigo entender qual foi a lógica da construção da Sete Brasil. A lógica da construção da Sete Brasil pressupõe que havia uma demanda assegurada, uma demanda que não ficaria restrita à própria PETROBRAS, mas, com a descoberta do pré-sal, a PETROBRAS iria seguramente demandar a construção ou demandar a utilização de sondas. E, pelo que foi dito, elas estariam sendo contratadas pelos preços estabelecidos no mercado internacional. Então, não houve superfaturamento na contratação desta sonda ou nesse contrato que foi feito entre a Sete Brasil e a própria PETROBRAS. Houve uma opção, e talvez ideológica, sim, de gerar conteúdo nacional, de gerar uma política de desenvolvimento nacional, da mesma forma como nós já tivemos outras experiências no Brasil — Getúlio Vargas foi uma delas —, em que nós deveríamos criar condições de ter uma tecnologia nacional e de nos apropriar dessa própria tecnologia.

Portanto, para mim...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - V.Exa. tem perguntas a fazer?

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Tenho perguntas, mas eu gostaria que V.Exa. agregasse o meu tempo de Liderança, e lhe apresento o requerimento em seguida.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Mas não está na mesa. Eu tolero, mas só peço a V.Exa. que seja breve.



**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Claro. Eu estou perguntando a opinião de V.Exa. acerca disso. Depois eu agregaria meu tempo. Eu lhe apresento o requerimento em seguida, V.Exa. sabe disso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Mas tem que ser antes, Deputada Erika Kokay.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Sim. Apresento. Então, pronto. Eu posso encerrar agora e, depois do Deputado, voltar a falar, pelo tempo de Liderança, se V.Exa. assim preferir.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Fica a seu critério, Deputada. V.Exa. está com a palavra assegurada. Só que, como já encerrou o seu tempo, se V.Exa. puder encaminhar as perguntas, eu lhe dou tempo para fazê-las.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - V.Exa. pode me dar o tempo para fazer as perguntas e, em seguida, eu agregaria o tempo de Liderança, em que não me cabe fazer perguntas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Vamos passar às perguntas.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Então, veja: eu gostaria que o senhor me respondesse se é correta a afirmação que eu vou lhe fazer. Primeiro, parece-me — e eu quero apenas que seja tirada esta dúvida — que houve dois tipos de relacionamento da Sete Brasil com o Banco Santander: o Santander entrou na condição de investidor, na condição de investidor, portanto, fez parte desse *pool* em que foram agregadas uma série de empresas, mas também o Santander — e aí me corrija se eu estiver errada e me esclareça —, o Santander também foi contratado por quem foi o grande estruturador desse negócio. Pelo que foi falado aqui, a grande... A ideia e a estruturação do negócio se deram através da PETROBRAS, que se dispôs a buscar investidores para fortalecer e dar suporte ao negócio e à construção da Sete Brasil, que tinha investimentos, parece-me, até internacionais — corrija-me se eu estiver errada. O Santander, então, tem duas participações, uma participação enquanto investidor — corrija-me se eu estiver errada, é a dúvida que eu quero esclarecer —, e a segunda: foi contratado, pela própria PETROBRAS, para estruturar ou ajudar a estruturar o negócio ou ajudar a buscar outros parceiros? Essa é uma pergunta.



E a outra pergunta — e eu me concentro nela — é que a empresa Kroll, que também foi contratada aqui pela Câmara para prestar serviço à CPI da PETROBRAS, examinou os contratos de seguro firmados pela Sete Brasil. Eu gostaria de saber se V.Sa. teve acesso a essa auditoria e se pode descrever qual foi a conclusão tirada.

E gostaria ainda de dizer que a Diretoria Executiva da Sete Brasil também determinou a existência de auditorias, auditorias para verificar irregularidades nos processos licitatórios e nos contratos relacionados à empresa, à atual direção da Sete. Gostaria de saber se V.Sa. é citado em alguns desses procedimentos; se foi chamado a prestar esclarecimentos em algumas dessas auditorias — eu falo do trabalho feito pela Kroll e também falo da auditoria efetivada pela própria... pela direção atual — e, enfim, qual é o seu envolvimento, o que se constatou acerca da sua participação, e também se o senhor conhece os resultados dessas duas auditorias.

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Deputada, em relação ao esclarecimento em relação à questão da participação do Santander: em 2009, como eu falei, eu recebi da diretoria da PETROBRAS, através do meu diretor na época, do Diretor Almir Barbassa, a incumbência de estudar o mercado e verificar a possibilidade de a gente viabilizar a construção de sondas no Brasil. Para fazer isso, foi feita uma licitação. A PETROBRAS fez uma licitação para a busca de um consultor financeiro especializado. O vencedor dessa licitação, em 2009 — final de 2009 —, foi o Santander. Então, junto com o Santander, nós trabalhamos cerca de 2 anos — o grupo da PETROBRAS junto com um grupo de profissionais do Santander —, trabalhamos quase 2 anos, para idealizar o projeto. Participamos, juntos também, da busca por investidores. Nós fomos ao mercado, brasileiro e internacional, na busca por investidores interessados no projeto. Dentre os investidores que nós em conjunto visitamos, foi a área de investimentos do Santander. A área de investimentos do Santander estudou, analisou e, junto com outros, outras instituições, concordou em participar do projeto, então, só para esclarecer a participação do Santander. Em relação às duas auditorias, da Kroll eu não tive conhecimento, não fui chamado; da Sete Brasil também... tive conhecimento através do jornal, mas não fui chamado a participar. O que eu li no



jornal e assisti do depoimento do atual Presidente da Sete Brasil na CPI da PETROBRAS é que o resultado da auditoria a respeito dos contratos firmados pela Sete Brasil não apontou nenhuma irregularidade, nenhuma condição diferente das condições de mercado, foi isso que eu li nos jornais e no depoimento do Presidente da Sete Brasil na CPI da PETROBRAS.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Perfeito.

Já que abordou o tema: a contratação do Santander se deu por meio de licitação, foi isso?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Sim, senhor.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Só para esclarecer: ela se deu, como licitação, como consultor da PETROBRAS, é isso?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Consultor da PETROBRAS.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Mas consultor da PETROBRAS para...

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Estruturar o negócio.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Para estruturar o negócio? Qual era o objeto da licitação?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Era isso mesmo, era estruturar um negócio societário, uma estrutura societária, que viesse... uma tentativa de viabilizar a construção de sondas no Brasil, com uma série de restrições.

**O SR. DEPUTADO PAULO AZI** - O senhor se recorda de qual foi a modalidade da licitação?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Ah...

**O SR. DEPUTADO PAULO AZI** - Foi concorrência? Foi carta-convite? O senhor se recorda?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Foi carta-convite.

**O SR. DEPUTADO PAULO AZI** - Ah, carta-convite.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Só quero esclarecer uma dúvida, Sr. Presidente, se V.Exa. me permitir.



Então, o próprio Santander, na condição de consultor e de quem buscava, representando a PETROBRAS, os parceiros, buscou o financiamento do próprio Santander Financiamentos?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Não, não, não. O financiamento, não.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - A participação?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - O investimento de capital.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - O investimento, está bem, o investimento de capital do próprio Banco Santander.

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Esse investimento de capital... Esse investimento de capital, por sua vez, não tem necessidade de ser uma licitação. Isso é uma busca no mercado por investidores. Então, conversamos com dezenas de investidores, inclusive o Santander.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Com a palavra o Deputado Paulo Azi.

**O SR. DEPUTADO PAULO AZI** - Agradeço, Sr. Presidente.

Vou iniciar aqui fazendo um breve comentário às palavras da Deputada Erika, que lembra o discurso ideológico do seu partido. Essa é uma política que visa, sobretudo, gerar empregos.

Veja, Deputada Erika, que, com essa política de gerar empregos, na minha terra, na Bahia, o Município de Maragogipe, são 5 mil pessoas que ficaram desempregadas. E a economia daquele Município encontra-se completamente destruída, em função da maneira como o partido de V.Exa. concebe esse tipo de negócio.

Entre outras consequências, está aí esse enorme escândalo de corrupção que envolve essa empresa, e, entre as diversas consequências disso, está a verdadeira aflição de milhares e milhares de funcionários, de participantes da Caixa Econômica, do Banco do Brasil e da PETROBRAS que hoje se veem praticamente forçados a aumentar sua contribuição aos seus fundos de previdência, para não vê-los quebrados. Veja V.Exa. as consequências da defesa da política ideológica do partido de V.Exa. (*Palmas.*)



Sr. Presidente, eu vou aproveitar aqui para tentar tirar algumas dúvidas em relação aos posicionamentos do Dr. João Carlos.

V.Sa. falou, em um momento da sua fala, que foi convidado e, depois, que V.Sa. recebeu a incumbência de fazer a modelagem desse modelo segundo o qual o Governo e a PETROBRAS tinham de produzir as sondas no Brasil.

Quem fez esse convite a V.Sa.? V.Sa. recebeu o convite de algum diretor específico ou V.Sa. recebeu uma incumbência da Diretoria Colegiada da PETROBRAS?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Foram duas situações diferentes. A incumbência eu recebi enquanto gerente da área de estruturação financeira da PETROBRAS.

**O SR. DEPUTADO PAULO AZI** - Recebeu de quem?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Do meu... Do meu gerente.

**O SR. DEPUTADO PAULO AZI** - Do seu diretor?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - A decisão veio da PETROBRAS, da diretoria da PETROBRAS. A decisão chegou ao Gerente Executivo de Finanças. O Gerente Executivo de Finanças encaminhou para a gerência correspondente, para estudar, para desenvolver o projeto. Então, isso foi uma incumbência. Eu, como gerente, recebo a incumbência e tenho que dar prosseguimento. O convite surgiu posteriormente, em janeiro ou fevereiro — não me lembro exatamente — de 2011, um convite para eu ser o Presidente da Sete Brasil. Esse convite eu recebi do meu Diretor, o Almir Barbassa. Mas essa... Esse convite veio dele, perguntando se eu gostaria de ser o Presidente da Sete Brasil, e, depois, isso foi submetido à decisão da Diretoria Executiva da PETROBRAS. A decisão de indicar o novo Presidente da Sete Brasil não era do Diretor Financeiro Almir Barbassa, era uma decisão colegiada da Diretoria Executiva.

**O SR. DEPUTADO PAULO AZI** - O senhor passou 2 anos na formatação do negócio. Nesse período, o Sr. Pedro Barusco também participou dessas tratativas?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Não.

**O SR. DEPUTADO PAULO AZI** - Mas o senhor conhecia o Sr. Pedro Barusco da PETROBRAS?



**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Sim, sim. Ele era Gerente Executivo de Engenharia.

**O SR. DEPUTADO PAULO AZI** - Então, ele não participou da concepção desse modelo?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Da concepção do modelo financeiro, do modelo societário, não.

**O SR. DEPUTADO PAULO AZI** - E o senhor tem conhecimento de quem indicou o Sr. Pedro Barusco para compor a diretoria junto com V.Sa.?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - A diretoria da PETROBRAS.

**O SR. DEPUTADO PAULO AZI** - Mas a Diretoria Executiva ou...

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - A Diretoria Executiva.

**O SR. DEPUTADO PAULO AZI** - O senhor falou aqui que, dentro do seu nível, o senhor não teve tratativas a nível governamental com os diversos entes envolvidos na questão. O senhor sabe me informar quem eram os responsáveis na PETROBRAS, os que faziam essas tratativas acima do nível de V.Sa.? Porque certamente elas existiam. Nós estamos aqui falando de um negócio de 30 a 40 bilhões de reais, e era natural que tanto a diretoria da PETROBRAS como um agente do Governo participassem e acompanhassem o desenrolar das negociações. Então, V.Sa. tem conhecimento de quem eram os responsáveis por essas tratativas?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Não tenho conhecimento.

**O SR. DEPUTADO PAULO AZI** - Nem da PETROBRAS, nem dos órgãos do Governo?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Não tenho conhecimento.

**O SR. DEPUTADO PAULO AZI** - Muito bem. V.Sa. citou aqui como se deu a relação e os contatos entre V.Sa. e os representantes dos diversos fundos de pensão. E a pergunta que faço a V.Sa. é a seguinte: uma vez o negócio formalizado... V.Sa. participou, fazia parte também do Conselho da Sete?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Sim.

**O SR. DEPUTADO PAULO AZI** - E cada fundo de pensão tinha lá também um representante nesse Conselho?



**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Um ou dois.

**O SR. DEPUTADO PAULO AZI** - Um ou dois. Então, V.Sa. passou então a ter um relacionamento com esses representantes dos fundos no Conselho de Administração?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Sim.

**O SR. DEPUTADO PAULO AZI** - Durante esse período, V.Sa. se recorda de algum questionamento que se possa considerar como relevante de algum desses representantes do Fundo com relação aos procedimentos, às políticas e às decisões que estavam sendo tomadas pela Diretoria da Sete Brasil?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Era permanente a cobrança. Nunca houve um embate, uma discussão a nível de discordâncias radicais, mas as cobranças eram permanentes. Nós tínhamos reuniões de Conselho todo mês, às vezes duas reuniões de Conselho, e nessas reuniões de Conselho eram feitas apresentações permanentes a respeito do andamento de cada atividade principal da empresa: levantamento de financiamento, levantamento de capital, andamento das construções, e assim por diante.

**O SR. DEPUTADO PAULO AZI** - Sr. João Carlos, como se deu o processo de contratação entre a Sete Brasil e a PETROBRAS?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Ah... Licitação.

**O SR. DEPUTADO PAULO AZI** - Que modelo de licitação?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Na primeira, foi um licitação... Na primeira foi o seguinte: a relação da Sete Brasil com a PETROBRAS, nas primeiras sete sondas... A Sete Brasil surgiu da própria PETROBRAS. O conceito da Sete Brasil surgiu da própria PETROBRAS. Então, a PETROBRAS fomentou a criação da Sete Brasil. E ela fez uma licitação com o mercado para ver quem ia oferecer sondas mais baratas para a PETROBRAS, se era o mercado operador tradicional. E ela convidou uma série de empresas operadoras de sondas, que deram seus preços, e a Sete Brasil. Então, o preço que a Sete Brasil ofereceu para a PETROBRAS foi o que eu falei antes: 458 mil dólares por dia. As outras empresas que iriam assumir o risco de construção, todos aqueles riscos que a Sete Brasil assumia, deram preços bem mais elevados, e a Sete Brasil acabou ganhando os sete primeiros contratos.



**O SR. DEPUTADO PAULO AZI** - Mas V.Sa. considera que foi uma licitação dirigida ou foi um certame em que todos aqueles que participaram tinham as mesmas condições de disputa?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Tinham as mesmas condições. As condições foram absolutamente iguais.

**O SR. DEPUTADO PAULO AZI** - Mas V.Sa. não acha estranho? Quer dizer, a PETROBRAS praticamente criou uma empresa e depois coloca essa empresa para disputar com... É um negócio, quer dizer... Imagine V.Sa. se aparecesse outra empresa com um preço menor do que a Sete. Mas...

E com relação... Como se dava o modelo de contratação entre a Sete Brasil e os diversos estaleiros para a construção das sondas?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Deputado, a esse respeito eu vou exercer o meu direito de permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO PAULO AZI** - Na criação da Sociedade de Propósitos Específicos, existia a participação direta da Sete Brasil ou não?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Sim.

**O SR. DEPUTADO PAULO AZI** - A Sete Brasil participava da formatação dessas sociedades?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Junto com os sócios operadores da Sete Brasil. Cada SPE era proprietária de uma sonda, e cada SPE tinha dois sócios. Um era a Sete Brasil, e o segundo sócio era o futuro operador da sonda.

**O SR. DEPUTADO PAULO AZI** - V.Sa. poderia nos dizer como se dava o relacionamento de V.Sa. com o Sr. Pedro Barusco durante o período em que você compartilhou da diretoria da Sete?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Bom.

**O SR. DEPUTADO PAULO AZI** - O senhor se sente traído pelo Sr. Pedro Barusco?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Eu vou exercer o meu direito de permanecer em silêncio.

**O SR. DEPUTADO PAULO AZI** - Agradeço, Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - A Presidência tem ainda algumas perguntas, mas a Deputada Erika Kokay vai fazer uso do tempo de Líder agora, o tempo de 6 minutos. Depois, alguns questionamentos que permanecerem abertos aqui eu gostaria de trazê-los ao seu conhecimento.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Sr. Presidente, eu apenas digo que esse modelo ideológico que nós vivenciamos durante o Governo Fernando Henrique Cardoso não gerou emprego. Aliás, o desemprego estrutural adquiriu proporções maiores do que o que nós estamos vivendo agora na crise inegavelmente assumida pelo Governo ou por quem quer que seja, a crise que o Brasil está vivenciando.

Ao contrário, você não tinha um projeto de desenvolvimento nacional. Então, é muito importante que nós possamos ter clareza de que não foi um projeto de conteúdo nacional que trouxe ou que fez com que nós tivéssemos corrupção no processo da PETROBRAS, corrupção, inclusive, que está sendo investigada de forma absolutamente profunda, pela primeira vez, na história do Brasil.

Eu digo até isso, porque aqui nós temos... Olhe, segundo trecho da delação do Sr. Barusco, ele fala dos estaleiros. E fala que cada estaleiro tinha um representante ou operador que operacionalizava o pagamento de propinas. E aqui ele fala inclusive de estaleiros internacionais, da Nova Zelândia. Então, não é o conteúdo nacional que faz com que nós tenhamos qualquer processo de corrupção. Ao contrário, o conteúdo nacional faz com que nós possamos ter, inclusive, uma discussão mais atenta às empresas que trabalham, visto que são empresas nacionais.

Mas eu queria dizer, para além disso, que o próprio Presidente atual da Sete Brasil, o Luiz Eduardo Carneiro, chega a dizer que seja qualquer instância de governança que exista em uma empresa, se um dirigente resolve separadamente fazer alguma coisa ilegal, ninguém fica sabendo. Dentro dos processos de governança da Sete, que são legítimos, bem-feitos, de mercado, não foi feito nada fora do comum. É o que diz aqui o atual Presidente da Sete Brasil.

E, aliás, o Sr. Barusco fala no seu processo, na sua delação à Justiça Federal, ou seja, na condição de delação, de delator, num processo de delação premiada, onde ele busca diminuir a sua própria pena, contribuindo com a própria



Justiça, portanto, não tinha qualquer tipo de necessidade de tergiversar sobre a verdade, ele diz:

*“(...) que o declarante esteve à frente desta etapa de negociações a fim de buscar preços competitivos com as sondas ofertadas no mercado asiático, pois isso era uma exigência da PETROBRAS; que foi o maior contrato de ‘sondas do mundo inteiro’ de uma só vez; que as licitações foram vencidas pela SETE BRASIL; que as licitações ocorreram dentro da legalidade e foram ‘duras’, tendo a PETROBRAS exigido uma série de requalificações até que finalmente fossem apresentadas as propostas”.*

Portanto, aqui, o próprio Sr. Barusco, na sua delação premiada, assegura a licitação que foi efetivada e o caráter igualitário ou isonômico no processo de licitação, sem qualquer tipo de favorecimento à Sete Brasil.

E, pelo que vejo, nós temos aqui Bradesco, Santander, outras empresas, inclusive investidores, se não me falha a memória, internacionais, que não estariam aportando seus recursos em um negócio que não tivesse a perspectiva de ter um retorno financeiro para esses grupos, ou seja, o Bradesco não vai cumprir qualquer tipo de benevolência para favorecer PETROBRAS ou quem quer que seja, porque é um banco que funciona a partir de uma lógica estrita do que provoca retorno àquela instituição, que, aliás, funciona ou funcionava com um modelo muito parecido do que seria o conteúdo nacional, porque funcionava com uma verticalização muito grande de atuação. E está mudando, neste período, esse processo de investimento.

Portanto, nós temos aqui um negócio, onde há a necessidade de sondas a partir do pré-sal. Mas aqui também foi dito, não só do pré-sal, que há necessidade. A PETROBRAS demanda. Há uma demanda segura, uma demanda estabelecida, que a Sete Brasil, com essa construção de sondas, buscava resolver. Havia contratação praticamente assegurada.

Eu penso que houve um negócio com investimentos, investimentos inclusive do BNDES, que não se completaram, porque foram investimentos que foram ceifados. E, nesse sentido, todo o processo que se descobriu da PETROBRAS tem que ser levado a fundo. A Lava-Jato é importante, para que nós possamos romper com essa lógica promíscua entre o público e o privado, que permeou a história



brasileira, e que possamos passar o Brasil e a maior empresa que nós temos, que é a PETROBRAS, a limpo.

Mas veja, nós tínhamos aqui um negócio de construção de sondas com um prazo mais largo que o prazo dessa contratação, se fosse ela efetivada por empresas internacionais, por aquilo que foi dito, que reafirmavam o conteúdo nacional. E, para além de reafirmar o conteúdo nacional, tinham uma demanda assegurada. Você monta um negócio sabendo que o comprador está assegurado para aquele seu negócio. Você estabelece um preço que está dentro do preço de mercado internacional e você tem financiamentos, inclusive do BNDES, que são financiamentos com *float* muito baixo, ou seja, financiamentos de custo barato.

Então, o negócio da Sete Brasil teoricamente era um grande negócio. Isso foi dito pelo representante da PREVI, foi dito pelo representante da PETROS e foi dito pelo representante da FUNCEF. E foi abruptamente interrompido, em função de uma operação, a Lava-Jato, que teria que ser realizada, pois, ao que tudo indica, estaria envolvido no processo de corrupção que o Brasil tem vivenciado e com que não pode compactuar.

Portanto, penso eu que, neste momento, cabe estabelecer a renegociação com a própria Sete Brasil e com a própria PETROBRAS. A PETROBRAS tem que arcar com esse ônus; o BNDES tem que fazer o financiamento que contratou, porque os participantes do fundo de pensão não podem ser responsabilizados por esse prejuízo que foi imputado ao processo que aconteceu na Sete Brasil.

Era isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Agradeço à Deputada Erika Kokay pelo uso da palavra de Liderança.

Antes de encerrar, Sr. Ferraz, algumas perguntas — e aguardo o Plenário pronunciar-se — sobre a questão dessa primeira licitação para a contratação da consultoria. Ou seja, a PETROBRAS teve a ideia, é claro — e assumida por ela —, de construir na verdade um braço fora da empresa, mas com a concepção totalmente aprovada por ela, para que pudesse ser alavancada sem mexer no seu balanço. E para isso inclusive escalou dois servidores, funcionários da própria PETROBRAS: o Sr. Ferraz e o Sr. Pedro Barusco.



E a fala do Deputado Paulo Azi foi muito clara. Depois dessa primeira licitação da consultoria, veio a segunda, para contratação da empresa que forneceria as sondas. E aí concorreu a própria “PETROBRAS” — entre aspas — com outras empresas de mercado para fornecer à PETROBRAS. Ou seja, é uma engenhosidade muito forte. É realmente uma ideia que mistura o público com o privado: a PETROBRAS fazendo um jogo de cena para concorrer com ela mesma numa licitação. Ficou muito claro.

Então, esse procedimento... volto a dizer, está claro nos procedimentos, mas não está claro, para mim, no espírito que levou à formalização da Sete Brasil, principalmente depois que nós tivemos conhecimento de tudo o que se passou lá dentro. Mas isso é por fases.

Essa primeira licitação para contratação da consultoria financeira foi realizada por que setor da PETROBRAS? Pela Diretoria de...?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Pela área financeira.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Pela Diretoria da Área Financeira. Quem era o diretor à época?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - O Diretor era Almir Barbassa, mas não foi ele que conduziu. A condução foi feita dentro da área de finanças. É usual, dentro da PETROBRAS, quando você vai fazer esse tipo de projeto, que seja contratada uma consultoria, porque a gente não tinha o conceito da Sete Brasil ainda. A gente tinha a necessidade de buscar alternativas, de estudar o mercado. Então, é usual — era usual, pelo menos — a PETROBRAS fazer uma contratação de um consultor especializado. E, nesse caso, foram convidados cinco bancos para apresentar propostas, e a proposta vencedora foi a do Santander. Isso foi em 2010. A entrada... Desculpe-me, isso foi em 2009, final de 2009. A entrada do Santander e dos demais investidores no capital da Sete Brasil só ocorreu em maio de 2011, ou seja, quase 2 anos depois. São momentos distintos, e o Santander enquanto consultor não tem nada a ver com o Santander enquanto investidor.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Não tem nada a ver? Então, esse trabalho, essa primeira licitação, foi para ele formatar esse modelo de negócio de uma empresa...? Qual foi o resultado do trabalho da consultoria?



**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Estudar o mercado, avaliar o mercado e avaliar se haveria a possibilidade de uma estruturação societária de criação de uma empresa que pudesse viabilizar a construção de sondas minimizando os riscos para a PETROBRAS. Em suma, foi isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Nesse tempo, o senhor ainda era funcionário da PETROBRAS?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Sim, eu só saí da PETROBRAS em maio de 2011.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Em maio de 2011, exatamente no momento da concepção da Sete Brasil.

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Quando a Sete Brasil começou a ser operacional.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Você participou dessa gênese, da discussão dessa gênese, desse modelo?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Então, você acompanhou todo o modelo?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - E, acompanhando todo o modelo, você chegou à conclusão de que esse modelo da Sete Brasil era o melhor?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Desse trabalho do Santander, esse modelo de FIP chegou a ser fruto da orientação da consultoria, o modelo de FIP com 5% da PETROBRAS e 95% do FIP Sondas?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Em conjunto com a PETROBRAS, sim. A consultoria não decidia nada sozinha, a decisão final era da PETROBRAS, mas existia uma relação profissional muito próxima e firme, para que os dois juntos, PETROBRAS e consultoria, pudessem estudar e desenvolver as melhores alternativas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Muito bem. Você disse que o convite para você ser o Presidente da Sete Brasil veio do Dr. Almir Barbassa, é isso?



**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Sim, sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - E o convite para o Pedro Barusco também?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Não sei dizer quem o convidou. Eu sei que, tanto no meu caso quanto no dele, a confirmação foi feita pela Diretoria da PETROBRAS.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - A Diretoria Executiva, na época, tinha a pessoa do Presidente Sérgio Gabrielli?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - O Presidente na época era o Sérgio Gabrielli.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - A sua relação com o José Sérgio Gabrielli é próxima, é íntima, é funcional?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Não, é profissional. É uma pessoa que eu respeito muito. Acho que ele foi um ótimo profissional para a PETROBRAS. Ele foi Diretor Financeiro da PETROBRAS antes de ser Presidente, e, enquanto Diretor Financeiro, a gente tinha mais proximidade, obviamente que depois que ele se tornou Presidente. Mas a gente nunca se tornou amigos ou próximos ou teve relações não profissionais. Mas é uma relação muito boa, e é uma pessoa que eu respeito muito.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - A indicação para você ser Presidente não foi dele, não?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Não, foi do Diretor Almir Barbassa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Que era o Diretor Financeiro?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Que substituiu o Gabrielli na função dele?

Essa assessoria financeira, essa assessoria do Banco Santander, profissionalmente ela era exercida por quem? Tinha uma pessoa de vínculo? Com quem vocês tratavam lá no Santander sobre esse tema?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - A pessoa responsável era o Luiz Reis.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - O Luiz Reis. O Luiz Reis saiu do Santander na época da concepção da Sete Brasil, confere?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Ele saiu... Depois que a Sete Brasil foi firmada, foi constituída, ele saiu da Sete Brasil... ele saiu do Santander.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Ele saiu do Santander? Montou uma empresa própria?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - A Lakeshore?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - E a Lakeshore tinha contratos com a Sete Brasil?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Dentre outras empresas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Certo. Que tipo de contrato a Lakeshore...?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Contrato de consultoria. Ele dava continuidade àquilo que o Santander fez originalmente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - A sua relação com o Luiz Reis é de amizade?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - É uma relação profissional.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Ele participava de eventos sociais com você, casamentos?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Foi ao casamento da sua filha também, ou não?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Foi.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Certo. É verdade que, quando o Luiz Reis saiu do Santander, ele levou a carta do Santander? Esse serviço de consultoria que o Santander exercia, a Lakeshore passou a ocupar esse lugar do Santander? Ou seja, o Luiz Reis saiu do Santander e levou o portfólio da Sete Brasil para a Lakeshore?



**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Não era o portfólio. O contrato com o Santander foi encerrado. E a Sete Brasil firmou um novo contrato de consultoria, a meu ver, com a pessoa mais qualificada, que foi a pessoa que conduziu, ajudou a conduzir, durante todos esses anos, em todos esses 2 anos anteriores à criação da Sete Brasil. E esse contrato com a Lakeshore também foi discutido e foi aprovado por todos os acionistas. Não só pelos fundos de pensão, mas também pelos bancos, inclusive o Santander.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Depois, o negócio foi tão bom que a própria Lakeshore adquiriu uma participação no próprio fundo de investimento. Não é isso? A Lakeshore detém uma parte da propriedade da Sete Brasil?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Na verdade, foi antes. Antes da entrada dos fundos de pensão e dos investidores, a Lakeshore entrou com uma pequena participação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - E o senhor se recorda qual era o valor dos contratos que a Sete Brasil possuía com a Lakeshore?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Não. Não sei informar os valores dos contratos, mas eram em cima de sucesso. Ou seja, na medida em que havia sucesso no levantamento de financiamentos, ele ganhava um *fee*, mas eu não me lembro qual era o valor do contrato e o valor do *fee*.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - A informação que temos é que ultrapassa a casa de 1 milhão de reais, só a título de *retainer* e outras situações.

*Lakeshore*, por acaso, significa beira do lago. E o Luiz Reis é cidadão aqui, mora em Brasília. Não é isso? O senhor confirma essa informação?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Não sei informar. Acredito que ele more em Brasília, sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Está certo.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Lakeshore, Dr. Enio Verri.

*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Ao lado é *lakeside*. *Lakeshore* é beira do lago. Tem a ver com uma casa muito bonita que existe ali no Lago.



Muito bem. Esclarecida um pouco essa relação desse contrato de assessoria, que merece ser melhor averiguada, faço outra pergunta — vou até voltar — sobre a Engevix: o senhor tem contato com o Sr. Gerson Almada ou com algum outro Diretor da Engevix?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Se eu tenho? Não, não tenho contato.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Nessas relações da empresa... porque um dos contratos da Sete Brasil sobre as sondas é com a Engevix. Correto?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Era. Era. Esse contrato foi rompido. Pelo menos foi o que eu tomei conhecimento pelos jornais.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Mas foi rompido já depois da sua saída da Sete Brasil?

**SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Sim, sim. Foi rompido no final do ano.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Mas o senhor teve contato pessoal com Diretores da Engevix, o Sr. Almada, o Sr. José Antunes Sobrinho, que agora também está preso na Operação Lava-Jato? O senhor não teve contato com eles, não?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Eu tinha com o Gerson, na época da construção das sondas da Sete Brasil, da mesma forma que eu tinha contato com os presidentes, os diretores e os principais fornecedores da empresa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Quais foram, Sr. Ferraz, as garantias que foram dadas para os fundos de pensão? Para investir, salvo engano — e corrija-me se eu estiver equivocado —, a soma de investimento dos fundos de pensão na formatação da Sete Brasil ultrapassa a casa dos 3 bilhões de reais. Acho que é 1,7 da PETROS; 1,3 da FUNCEF e mais uns trezentos e pouco da PREVI. Acho que é mais ou menos nessa faixa de duzentos e pouco da PREVI. Ou seja, ultrapassa a casa dos 3 bilhões de reais no papel, porque, até quando os fundos de pensão entraram, era uma ideia.

Então, eu queria saber que argumento, que capacidade de argumento é essa, que magnetismo, teria o senhor como Presidente para fazer o convencimento dos



fundos de pensão e dizer: “Coloquem aqui 3 bilhões de reais nessa ideia”. Como se disse, até hoje não há nada pronto. É difícil. Ou seja, houve orientação de cima, dizendo: “Os fundos de pensão invistam nessa ideia, porque essa ideia é boa, faz parte do conteúdo nacional”. (Palmas.)

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Deputado, da mesma forma... Só uma pequena correção. Quando eu fui, nesse trabalho de convencimento, conversar com os fundos de pensão e todos os demais investidores, eu era Gerente da PETROBRAS, eu não era Presidente da Sete Brasil. Nesse trabalho de convencimento, como eu falei, nós fomos a vários investidores. Sete fecharam negócio. Outros queiram entrar, mas não tinham mais espaço. Da mesma forma como nós convencemos os fundos de pensão de que o negócio era bom o suficiente para eles arrisquem, era um negócio de risco. Mas de que era um negócio bom o suficiente para eles arrisquem, nós também convencemos três bancos brasileiros, um fundo de *private equity* americano, um investidor de capital que atua no Brasil e outros tantos investidores estrangeiros, que tinham a intenção de entrar, mas não tinham espaço, que ficaram esperando na fila para poderem entrar. O negócio hoje está bom. Hoje a gente sabe o que aconteceu. Mas, na época, a idealização do projeto era substantiva. Ele tinha mérito, ele tinha condições de ser viabilizado. A meu ver — eu não posso garantir isso, Deputado, mas a meu ver —, as questões, pelo menos o que eu presenciei das discussões com os diversos comitês de investimento, o comitê de crédito de todas essas instituições, não só dos fundos de pensão, mas de todas essas que eu citei, inclusive instituições privadas, foram bastante longas, essas discussões foram muito técnicas, e a decisão, a meu ver, a decisão final, foi técnica. Mas essa é minha opinião. Eu posso estar enganado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Claro. Não é... Sabe, Sr. Ferraz, eu entendo, é seu legítimo direito de defesa fazer isso. Agora, recaem sérias suspeitas de que há premeditação. Quando você bota o Pedro Barusco como gerente, que já vinha assaltando a PETROBRAS há não sei quanto tempo, o Renato Duque participando da concepção também da PETROBRAS, além de outras figuras, e vem esse braço... porque a PETROBRAS poderia ela mesma ter feito esse serviço. Nada impedia — nada impedia — que a PETROBRAS fizesse essa



operação dentro dela mesma! Aí criou-se esse braço para fazer isso. Então, nessa questão, até o conteúdo nacional que foi defendido aqui, saiu desmoralizada a política de conteúdo nacional.

Por último, quem são os conselheiros? Eu não sei se foi respondido, mas os fundos de pensão tinham conselheiros na Direção da Sete Brasil. Quais eram os nomes indicados para conselheiros. O senhor se lembra?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Recordo. Deputado, só 30 segundos para...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Tudo. O senhor tem mais até se precisar.

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Obrigado. Só para esclarecer essa questão. A PETROBRAS não poderia realizar ela própria esses investimentos, primeiro, porque não é do perfil de uma empresa de produção de petróleo operar sondas de perfuração. Isso não é adequado, não é correto, não é tecnicamente viável. E, por outro, a PETROBRAS não tinha espaço no balanço para fazer esses investimentos. Eram investimentos de 25 a 30 bilhões de dólares. Mesmo que ela quisesse romper aquele padrão de comportamento das empresas de petróleo e ela mesma passasse a ser uma operadora de sondas, ela não tinha espaço no seu balanço para fazer isso. Então, é só um pequeno esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Muito bem. Está respondida a minha pergunta. Concordo com você. Então, está ficando claro. A estratégia da PETROBRAS foi uma questão de balanço, mas ela criou uma empresa para concorrer com outras internacionais, porque a empresa era praticamente dela. Isso está muito claro. Mas siga na sua resposta.

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Os Conselheiros, na época da Sete Brasil: Armando Tripodi, Newton Carneiro...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Esses pela PETROS.

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Pela PETROS, sim. Humberto Gault e Luzimar, não me lembro do sobrenome dela, pela FUNCEF...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Pela FUNCEF.

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - PREVI. Eu não vou recordar o nome do representante da PREVI, porque tiveram várias... a PREVI



trocou quatro conselheiros ao longo do período que eu estava à frente da Sete Brasil. Não me recordo agora do nome... Tinha ainda o Sr. ...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Mas as três estatais que entraram foram: PREVI, FUNCEF e PETROS?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Sim, mas tinham outros nomes dos outros conselheiros também.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Não, mas não eram dos fundos.

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Não eram.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Eu estou perguntando dos conselheiros indicados pelos fundos de pensão.

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Sim. Tinha o fundo da VALIA também que...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - O senhor se recorda quem era?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Hã...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Tudo bem, não tenho interesse.

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Não me recordo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Esses conselhos eram remunerados?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Qual era a remuneração? O senhor já falou.

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - A remuneração inicial, como falei, girava em torno de 7 mil e 500 reais.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Inicial. E, depois, avançou isso? Evoluiu?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Teve alguns reajustes ao longo do período, mas eu não lembro para quanto foi.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Quando o senhor saiu, o senhor lembra, na saída, em torno de quanto girava?



**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Seria leviano da minha parte, Deputado, mas eu diria que em torno de 9 a 10 mil reais.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Está joia.

Diga-me uma coisa, Sr. Ferraz: o senhor recebia bônus também na direção da Sete Brasil, correto?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - O senhor sabe informar quanto de bônus recebeu até o momento da sua rescisão contratual com a Sete Brasil?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Não, mas está no meu balanço, está no meu imposto de renda, Deputado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - O senhor sabe que é réu em uma ação? Está na imprensa que a Sete Brasil entrou com ação contra a sua pessoa para cobrar valores que ela entende devidos.

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - O senhor já respondeu a essa ação, já contestou ou se defende diante das acusações da Sete Brasil contra a sua pessoa?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - A respeito desse assunto, Deputado, eu vou exercer o meu direito de permanecer em silêncio.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - A Sete Brasil alega que o senhor, na sua rescisão contratual, teria recebido um total de 11 milhões de reais só em bônus pagos pela Sete Brasil. O senhor confirma essa informação?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - A respeito desse assunto, Deputado, eu vou exercer o meu direito de permanecer em silêncio.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Esses 11 milhões de reais, quando o Sr. Ferraz fez a rescisão contratual, foram pagos a título de bônus — única e exclusivamente de bônus. Nas informações que a imprensa divulgou da delação premiada do Pedro Barusco, ele alega que 1% de todos esses contratos era distribuído a título de propina: uma parte para o Renato Duque, uma parte para o Sr. Ferraz e, depois, para o Musa, dentro da Sete Brasil. Isto está na delação premiada do Sr. Pedro Barusco: é 1% de cada contrato desse.



A própria Sete Brasil faz uma avaliação de que, só a título de propina, teriam sido 224 milhões negociados, levando em consideração os valores dos contratos que a Sete Brasil tinha.

O senhor quer se defender dessa alegação da Sete Brasil?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Eu vou exercer o meu direito de permanecer em silêncio, Deputado.

*(Pausa prolongada.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Outro questionamento, Sr. Ferraz, a respeito de algo que chamou a atenção: o senhor disse que teve um encontro com Presidente Lula antes da sua confirmação como Presidente da Sete Brasil?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - E nesse encontro com o Presidente Lula teriam sido tratados já temas especificamente sobre a criação da empresa Sete Brasil?

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Foram encontros públicos?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Foi no encontro naval, ele já esclareceu.

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Foi no Estaleiro Mauá, em Niterói, num evento onde o Presidente foi convidado para fazer uma palestra. No final da palestra, o Presidente do SINAVAL me apresentou ao Presidente Lula, dizendo: "Olha, isso aqui é o... é a pessoa responsável por ressuscitar a indústria naval brasileira". Foi isso que aconteceu.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Ou seja, antes da concepção da Sete Brasil, que foi em maio de 2011, V.Sa. já era, em 2010, tratado como presidente dessa sua futura empresa?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Não, eu fui apresentado como a pessoa que estava viabilizando um negócio que iria transformar positivamente a indústria naval brasileira. Foi isso que o Presidente do SINAVAL disse ao então Presidente Lula. Na verdade, ele não era mais Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - E não houve qualquer compromisso do Presidente Lula de manter contato com os fundos de pensão para eles apoiarem essa ideia?

**O SR. JOÃO CARLOS DE MEDEIROS FERRAZ** - Não tratamos desse assunto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Muito bem. Da minha parte, estou satisfeito com as perguntas.

Com a palavra a Deputada Erika Kokay.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Apenas um esclarecimento, Sr. Presidente. Na quinta-feira, havia uma perspectiva de chamar o Sr. Fabrizioo?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Está mantida a convocação do Fabrizioo Neves. Mantivemos tentativas de contatos com os endereços que temos disponíveis, inclusive até tentativas com familiares próximos do Sr. Fabrizioo Neves, e não conseguimos contato com ele. Os familiares ignoraram também o paradeiro dele.

O fato de ter audiência aqui com o Sr. Fabrizioo Neves é pré-requisito essencial para as medidas que nós tomaremos na sequência, que podem ser desde solicitação de decreto de prisão, se entendermos que há interesse específico em fugir da convocação, interesse de se esconder. Então, isso vai ser avaliado...

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Condução coercitiva?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Condução coercitiva, se ele é encontrado e não quer vir. Outra coisa é quando ele está foragido, ou, pelo menos, em lugar incerto e não sabido. Existem alguns procedimentos legais, como publicação de edital, para configurar a intenção deliberada de obstruir a investigação, e, a partir daí, nós podemos colocá-lo na figura de acusado, e, em havendo a figura de acusado, pedir a decretação da prisão, quebra de sigilo fiscal, quebra de sigilo bancário e outras questões desse tipo, e a solicitação do Relator, dentro da sua linha de investigação, aí vamos convocar.

Como deve ser curto o que vamos deliberar, para não perder o dia, ficaremos com a convocação do Sr. Lício da Costa Raimundo e da Thaís Gaudino Brescia, Diretor e Coordenadora de Investimentos, respectivamente, da empresa PETROS —



Fundação PETROBRAS de Seguridade Social, para que venham explicar suas relações com os fundos de pensões, a pedido do Relator Sergio Souza.

**O SR. DEPUTADO ENIO VERRI** - Não era o Vagner? Desculpe-me, eu não lembro também da ordem...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Não. Nós cogitamos a possibilidade, mas, em virtude de a data ser muito próxima, entendemos que seria melhor adiar, para que o Relator pudesse se preparar melhor. A Relatoria entende que os fatos...

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Solicitação do Relator?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Solicitação do Relator.

**O SR. DEPUTADO ENIO VERRI** - Aí serão dois na quinta-feira?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Serão dois na quinta-feira.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Dois depoimentos na quinta?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Nós começaremos uma sequência de depoimentos que...

**O SR. DEPUTADO ENIO VERRI** - São curtos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - ... são curtos, porque são informações, perguntas específicas...

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - E são da mesma Diretoria, do mesmo tema, do mesmo Fundo.

**O SR. DEPUTADO ENIO VERRI** - Está bem.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Acho que ganhamos tempo aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - A pergunta é boa, porque, em alguns casos, nós começaremos a ter depoimentos, que serão bastantes pontuais, para esclarecer um contrato específico, um parecer específico...

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Na quinta?

**O SR. DEPUTADO ENIO VERRI** - O problema é que quinta, às 17 horas...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Nada, o curto aqui é simples. Dr. Ferraz, aguarde só um momento para que V.Sa. possa ir.

Na semana seguinte, nós avançaremos com a agenda. A Comissão também irá deliberar, como aconteceu com o Sr. Gerson Almada, diante do silêncio dele, se o *status* permanecerá de testemunha, ou de acusado. É direito de qualquer cidadão



permanecer em silêncio, para não produzir provas contra si, mas isso gera presunção, e a Comissão passará a tratar na condição de investigado nesta CPI.

Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos, antes convocando os Srs. Deputados para a próxima reunião ordinária, para tomada de depoimento dos Srs. Fabrizio Dulcetti Neves, ex-sócio da Atlântica Asset Management, do Sr. Lício da Costa Raimundo e da Thaís Gaudino Brescia, a realizar-se na próxima quinta-feira, dia 8 de outubro, às 9h30min, em plenário a ser informado oportunamente.

Está encerrada a presente reunião.